

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Fernando Nichterwitz Scherer**

**ZERO HORA E A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO SOBRE A  
MONOCULTURA DE SOJA NO RIO GRANDE DO SUL:  
uma Análise Crítica de Discurso**

**Porto Alegre  
2015**

**Fernando Nichterwitz Scherer**

**ZERO HORA E A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO SOBRE A  
MONOCULTURA DE SOJA NO RIO GRANDE DO SUL:  
uma Análise Crítica de Discurso**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado  
Departamento de Ciências Administrativas de  
Administração da Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul, como requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Administração.**

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Ceci Misoczky**

**Porto Alegre  
2015**

**Fernando Nichterwitz Scherer**

**ZERO HORA E A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO SOBRE A  
MONOCULTURA DE SOJA NO RIO GRANDE DO SUL:  
uma Análise Crítica de Discurso**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado  
Departamento de Ciências Administrativas de  
Administração da Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul, como requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Administração.**

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Ceci Misoczky**

Conceito final:

Aprovado em ..... de ..... de .....

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Rafael Kruter Flores

---

Orientadora – Profa. Dra. Maria Ceci Misoczky

## **AGRADECIMENTOS**

Aos professores e funcionários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que contribuíram para a minha formação acadêmica durante os últimos oito anos.

Aos meus familiares e amigos, que estiveram sempre ao meu lado.

Ao grupo de pesquisa Organização e Práxis Libertadora que marcou de forma bastante significativa a minha trajetória no curso de Administração.

Aos colegas de curso e de iniciação científica, cujas palavras e ideias enriqueceram os debates e discussões nessa caminhada.

## RESUMO

Esse trabalho considera que as ações discursivas são fundamentais na constituição e na sustentação das relações de poder. O objetivo da pesquisa é compreender aspectos textuais e discursivos da atuação da mídia corporativa, representada pelo jornal Zero Hora, na construção do consenso que legitima o agronegócio da soja no Rio Grande do Sul. É realizada uma descrição do cenário da agricultura da soja no país e no estado, seguida por uma breve descrição do campo dos estudos do discurso. São apresentadas as principais referências utilizadas e os procedimentos metodológicos da Análise Crítica de Discurso, proposta teórico-metodológica adotada. São explicitados os procedimentos metodológicos da pesquisa, relatando o processo de seleção do corpus, contextualizando os recortes estabelecidos e descrevendo os procedimentos de análise. A análise crítica do discurso da mídia corporativa indica uma atuação em prol dos interesses das grandes multinacionais do setor agrícola e dos grandes proprietários de terra na construção do consenso do agronegócio da soja no estado. Identificou-se que essa construção é pautada, entre outros aspectos, pela tecnicização do discurso, pela mistificação do emprego de tecnologia nas lavouras de soja, pela supressão ou exclusão das vozes que denunciam as controvérsias do modelo agroexportador, pela atribuição da soja como a grande riqueza do estado e pela construção metafórica de uma suposta união dos interesses gaúchos em torno da expansão do agronegócio da soja.

**Palavras-chave:** Consenso. Discurso. Mídia corporativa. Monocultura de soja. Análise Crítica de Discurso.

## ABSTRACT

This academic research considers that discursive actions are fundamental compounders in the creation and support of power relations. The objective of the research is to understand textual and discursive aspects of the activity of the corporate media, represented by Zero Hora newspaper, in building the consensus that legitimizes soy agrobusiness in Rio Grande do Sul. It held a brief description of soy agriculture scenario in the country and in the state followed by a description of the field of discourse analysis. Then, the main references used and the methodological procedures of Critical Discourse Analysis, theoretical and methodological approach adopted in this study are presented. Next, the methodological procedures are explained, describing the corpus selection process, contextualizing the clippings established and describing the analysis procedures. The critical discourse analysis of the corporate media indicates an act in benefit of the interests of large multinationals and large landowners in the construction of soy agrobusiness consensus in the state. It was identified that this construction is guided by the ‘technicalization’ of discourse, by the mystification of the use of technology in soy plantations, the suppression or exclusion of the voices that denounce the controversies of the agrobusiness model. It is also guided by the attribution of soy as a major wealth of the state and by the metaphorical construction of a supposed union of the people’s interests around the soy agrobusiness expansion.

**Keywords:** Consensus. Discourse. Corporate Media. Soybean monoculture. Critical Discourse Analysis.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1 REVISÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA .....</b>	<b>13</b>
1.1 ANÁLISE DE DISCURSO .....	13
1.2 ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO .....	15
1.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE NA ACD .....	25
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>31</b>
2.1 OBJETIVO GERAL.....	31
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	31
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>32</b>
3.1 CONSTRUÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE .....	32
<b>3.1.1 O jornal Zero Hora .....</b>	<b>32</b>
<b>3.1.2 O processo de seleção do corpus: pontos críticos identificados e critérios de seleção de textos .....</b>	<b>34</b>
<b>3.1.3 Contexto e intertextualidade nos pontos críticos .....</b>	<b>35</b>
3.1.3.1 O processo de legalização dos OGMs .....	35
3.1.3.2 O acirramento da disputa pelo significado atribuído às monoculturas de soja em 2015... 36	
3.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE .....	38
<b>4 ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO DO CORPUS SELECIONADO.....</b>	<b>39</b>
4.1 O PAPEL DE ZH NO PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO DOS OGMS .....	39
<b>4.1.1 ACD do Texto 1 .....</b>	<b>39</b>
<b>4.1.2 ACD do Texto 2 .....</b>	<b>44</b>
<b>4.1.3 Síntese da ACD dos textos 1 e 2.....</b>	<b>47</b>
4.2 ZH E A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO DA MONOCULTURA DE SOJA NO RIO GRANDE DO SUL.....	49
<b>4.2.1 ACD do Texto 3 .....</b>	<b>49</b>
<b>4.2.2 ACD do Texto 4 .....</b>	<b>55</b>
<b>4.2.3 Síntese da ACD dos textos 3 e 4.....</b>	<b>58</b>
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>63</b>

## INTRODUÇÃO

O Brasil é o segundo maior produtor de soja no mundo, contabilizando aproximadamente 27% de toda a soja produzida no planeta. Esse volume de produção é superado apenas pelos Estados Unidos, responsável por 35% do total mundial (RIO GRANDE DO SUL, 2014). A área utilizada para o cultivo da soja, no país, aumentou 25% entre 2010 e 2014 e, hoje, corresponde à aproximadamente metade de toda área de cultivo de grãos. Segundo estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a safra de 2014/2015 deve ocupar mais de 31 milhões de hectares (BRASIL, 2015a), tendo destaque as regiões Centro-Oeste e Sul, nas quais a oleaginosa se firmou como um dos produtos mais destacados da agricultura nacional. A soja é apontada, pelo Governo Federal, como peça chave para a manutenção do equilíbrio da balança comercial (BRASIL, 2015b). Incentivada por políticas públicas, a produção de soja deve chegar a 93 milhões de toneladas em 2014/2015, ultrapassando a marca de 86 milhões de toneladas da safra recorde de 2013/2014 (BRASIL, 2015a).

Em 2013, a cadeia do agronegócio foi responsável por 22,5% do PIB nacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2014). Somente de 2010 para cá houve um aumento de mais de 30% das lavouras de soja em todo o país (BRASIL, 2015a). A estimativa para 2015 é que o PIB do setor ultrapasse a marca de 1.17 trilhões de reais, o que representa 23,8% do PIB previsto, estimado em aproximadamente R\$ 4.9 trilhões. Os impostos gerados pelo agronegócio somam cerca de 20% da arrecadação fiscal do Brasil. Somente em 2008, foi estimado que dos R\$ 550 bilhões arrecadados, R\$ 103 bilhões tenham sido provenientes do agronegócio (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2014). De acordo com Geraldo Barros, coordenador do Centro de Pesquisas Avançadas em Economia Aplicada (CEPEA), isso representou 18% do PIB do setor (SAVANACHI, 2008). Desconsiderando alterações na carga tributária, pode-se esperar, portanto, uma arrecadação de cerca de R\$ 210 bilhões provenientes da cadeia do agronegócio. A importância econômica do setor está diretamente relacionada à expansão das lavouras de soja. A produção da oleaginosa é tida como o carro-chefe do modelo agroexportador brasileiro (PARA CEPEA..., 2014; BRASIL, 2015a).

Nos cinco primeiros meses de 2014, o valor das exportações da soja em grão ultrapassou o das exportações de minério de ferro, representando 13,9% das vendas externas do Brasil e assumindo o posto de principal produto de exportação (SOJA EM GRÃO..., 2014). Somam-se a



isso os valores da exportação de outros subprodutos da oleaginosa, como óleo e farelo. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o complexo da soja (grão, farelo e óleo) é o principal gerador de divisas, com negociações anuais que ultrapassam U\$ 20 bilhões. Em 2019, a produção nacional deve representar 40% do comércio mundial do grão e 73% do óleo de soja (BRASIL, 2015b). Além disso, a produção nacional é responsável por abastecer a totalidade do mercado interno - atualmente em ascensão -, que deve absorver 45% do aumento da produção até 2019. Dessa forma, é dito que apenas o excedente de produção é exportado (BRASIL, 2015b).

Com o respaldo dos dados econômicos apresentados, o Governo Federal tem atuado de forma a colocar a soja em destaque nos incentivos que oferece ao agronegócio. O Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 (BRASIL, 2012) previu que um terço dos recursos alocados para Desenvolvimento Produtivo e Ambiente seria destinado ao que é chamado de agropecuária sustentável, abastecimento e comercialização, num total previsto de R\$ 211,8 bilhões. Entre os objetivos do PPA encontrava-se ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando o aumento da produtividade, a adoção de sistemas produtivos sustentáveis e o fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário. Somam-se às linhas especiais de crédito, os incentivos fiscais concedidos a produtores e a outros componentes da cadeia de suprimentos da soja.

Há, ainda, outra forma de incentivo do Governo Federal ao agronegócio, que se manifesta nas instâncias jurídicas e normativas. Um dos pontos-chave de incentivo ao cultivo da soja versa sobre a incorporação de tecnologia, especialmente no que diz respeito à utilização de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), também conhecidos como transgênicos. A partir da segunda metade da década de 1990 foram introduzidas técnicas de transferência e modificação genética diretas que deram origem à chamada biotecnologia moderna na agricultura. Para Silveira, Borges e Buainain (2005, p. 102), “o surgimento da biotecnologia moderna marca o início de um novo estágio para a agricultura e reserva um papel de destaque à genética molecular”. No Brasil, a primeira permissão foi concedida em 2003 e 2004: sementes transgênicas de soja resistentes ao glifosato, produzidas pela empresa Monsanto, foram liberadas para produção em escala comercial. A partir de 2005, com a criação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e com a aprovação da Lei de Biossegurança (Lei nº 11.05, 25 de março de 2005), abriram-se novas possibilidades para o agronegócio brasileiro. Desde então, a CTNBio vem promovendo a legalização de diferentes variedades de OGMs.

Neste contexto, o Rio Grande do Sul, terceiro maior produtor dentre as unidades federativas, tem especial importância. Isso porque, desde o início da implementação dos OGMs nas lavouras de soja, os agricultores gaúchos investiram nessa forma de tecnologia. As primeiras sementes de soja transgênica foram contrabandeadas da Argentina, onde já eram produzidas em larga escala, e plantadas de forma ilegal no final da década de 1990. Pressionado pela alta adesão de produtores gaúchos e pelo *lobby* da Monsanto, empresa que fornecia as sementes geneticamente modificadas, ao invés de fiscalizar e coibir o plantio ilegal da soja transgênica, o Governo Federal entrou em uma corrida para regularizar os OGMs. A safra de soja transgênica resistente ao glifosato de 2002/2003 foi a primeira a ser liberada para produção em escala comercial. Entre 2003 e 2007, houve a edição de diversas Medidas Provisórias favoráveis aos OGMs. Esse processo de legalização dos transgênicos se consolidou com a criação da Lei de Biossegurança, aprovada em 25 de março de 2005. Desde então, o agronegócio da soja vem crescendo no País e, de forma bastante acentuada, no Rio Grande do Sul. Em 2013, 67% de toda a área plantada era utilizada para o plantio do grão (FARINA, 2013). Estima-se, ainda, que esse percentual esteja aumentando: a previsão de ocupação é de 5,1 milhões de hectares (BRASIL, 2015a). Somente na última década, a produção gaúcha de soja mais que dobrou, atingindo o índice de crescimento de 114% entre 2000 e 2010, e ultrapassando 11 milhões de toneladas em 2011. A previsão para 2015 é de 14,9 milhões de toneladas (BRASIL, 2015a).

No entanto, para além do aparente êxito econômico, a opção pelo modelo agroexportador vem enfrentando questionamentos e críticas por parte de diversos setores da sociedade. Existe um debate a respeito dos desdobramentos do modelo de produção monocultora voltado para a exportação que não estariam sendo devidamente dimensionados pelo Governo Federal. Estudos científicos vêm denunciando as consequências sociais, ambientais e para a saúde humana, além de efeitos econômicos indesejáveis, como o aumento da dependência de produtos importados na produção agrícola nacional (PIGNATI e MACHADO, 2007; SAUER, 2010; O VENENO..., 2011; MOREIRA et al., 2012).

Dentre os aspectos que merecem destaque, está a utilização deliberada de agrotóxicos que é potencializada pelos OGMs. Em 2003, época do início da introdução dos transgênicos em nosso país, 73% dos OGMs consistiam em variedades de maior tolerância a herbicidas (SILVEIRA, BORGES e BUAINAIN, 2005). No final dos anos 1990, mais de 90% dos investimentos em engenharia genética na agricultura eram voltados para a produção de variedades mais resistentes a

herbicidas ou pesticidas, cabendo aproximadamente 1% dos investimentos para fins de melhoria de qualidade (SAUER, 2010 p. 146). Somente nas plantações de soja, as aplicações químicas somam, em média, de 10 a 12 litros por hectare (PIGNATI e MACHADO, 2007; ORTIZ, 2012). Ao todo, a produção de soja é responsável pelo consumo de 45% do total de agrotóxicos no país (MENTEN, 2009). A expansão das lavouras de soja e a flexibilização dos limites máximos tolerados legalmente elevaram o Brasil ao posto de maior consumidor de agrotóxicos do mundo<sup>1</sup> (SAUER, 2010).

O videodocumentário “O Veneno Está na Mesa”, de Silvio Tendler (2011), traz diversos relatos de trabalhadores brasileiros com infecções crônicas ou agudas provocadas pelo contato direto com herbicidas ou coquetéis químicos nas plantações. Inúmeras doenças estão relacionadas ao contato prolongado com essas substâncias, entre elas, câncer, problemas hepáticos, disfunções hormonais, má formação em fetos e, até mesmo, problemas neurológicos (PIGNATI e MACHADO, 2007). Estudos sobre os impactos dos resíduos de agrotóxicos presentes em alimentos sobre a saúde humana ainda são insuficientes. Segundo Ribeiro e Marín (2012, p. 360), “estudos de avaliação do risco de uso dessas biotecnologias, em longo prazo, para a saúde humana e para o meio ambiente ainda são incipientes e controversos”. Ainda assim, resíduos de agrotóxicos encontrados no leite materno de trabalhadoras da zona rural do Mato Grosso do Sul são um dado preocupante (PALMA, 2008).

Em termos de impactos ambientais, a contaminação da água e do solo provocada pelo emprego de agroquímicos está entre as maiores preocupações. Os agrotóxicos utilizados nas lavouras de soja penetram o solo e a água e dissipam-se pelo ar: resíduos de glifosato, por exemplo, foram encontrados em poços artesianos (PIGNATI e MACHADO, 2012). Portanto, o consumo de água também é uma das preocupações, porque para cada quilograma de grão de soja produzido, são consumidos aproximadamente 1.800 litros de água (MEKONNEN e HOEKSTRA, 2011). A recente expansão das áreas ocupadas por lavouras de soja, que normalmente substituem zonas de vegetação endêmica, é outro fator que potencializa o risco de impactos ambientais mais graves.

No âmbito social, os impactos do avanço do agronegócio da soja se manifestam através da expulsão de diversas famílias de trabalhadores rurais do campo, da concentração da posse da terra, da inserção de pequenos produtores na cadeia produtiva do agronegócio em situação de

---

<sup>1</sup>Em 2012, o Brasil consumiu 19% de todos os defensivos agrícolas produzidos no planeta, ficando à frente dos Estados Unidos, que consumiu 17% do total (SAUER, 2010).

desvantagem, na crescente dependência de insumos importados, e no aumento do preço das terras (VILADESAU, 2008; SAUER, 2010).

Viladesau (2008) revela que, além dos componentes ambiental e social, há um componente político nas transformações provocadas pelo modelo produtivo do agronegócio. Nele, se destacam a cumplicidade governamental, a reação campesina e a perda da soberania do Estado<sup>2</sup>. O crescente emprego da biotecnologia na agricultura expropria o saber técnico dos produtores, que se tornam dependentes da tecnologia em domínio de multinacionais. Esses mecanismos vêm garantindo que os interesses de empresas multinacionais, como a Monsanto, sejam atendidos com a expansão das monoculturas de soja sem que o bem-estar social da população rural esteja sendo promovido por esse crescimento - ao contrário, pesquisas apontam uma deterioração das condições de vida no campo e o conseqüente êxodo de famílias da zona rural em locais onde o cultivo de soja se expandiu (VILADESAU, 2008; ZATT, 2013).

Como foi mencionado, as técnicas tradicionais de cultivo do solo, seleção de sementes, rotação e diversificação de culturas estão sendo estranguladas pelo modelo agroexportador. Em entrevista à Epoch Times Online (THUSWHOL, 2013), o Prof. Paulo Brack, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, afirmou que os agricultores gaúchos já não vislumbram a possibilidade de plantar sementes crioulas: “o mercado foi tomado pelas sementes transgênicas. Hoje, ele está dominado, e você não tem nem mais a alternativa de plantar culturas convencionais”. A dificuldade em trocar ou obter sementes crioulas é apontada por agricultores como a principal causa da redução no número de culturas tradicionais no estado, ao lado do que é classificado como um “desinteresse das novas gerações” (PELWING, FRANK e BARROS, 2008).

Conforme as variadas conseqüências e repercussões do agronegócio apresentadas até aqui indicam, a opção estratégica pelo modelo de monocultura para a exportação é um tema controverso, recortado por nuances e conflitos de diferentes naturezas. No entanto, a legitimidade dos incentivos concedidos ao modelo agroexportador vem sendo defendida a partir da construção de um consenso.

Por um lado, qualquer forma de resistência ao modelo de produção agroexportador moderno é tomada, de antemão, como uma posição ultrapassada. O peso político e econômico da legalização de OGMs e agrotóxicos é mascarado por uma postura tecnicista: o aumento da produtividade, a expansão do setor agrícola e as melhorias técnicas são adotados como os fundamentos centrais da

---

<sup>2</sup> Aqui, o autor se referia ao Estado Nacional do Paraguai, onde realizou sua pesquisa. Ainda assim, suas considerações ajudam a contextualizar a situação brasileira e gaúcha.

decisão (VILADESAU, 2008). Por outro, há um esforço por parte dos veículos oficiais do Governo Federal e de mídia corporativa em exaltar as maravilhas do agronegócio da soja. São celebrados não apenas os índices econômicos, como a importância estratégica na geração de divisas e a representatividade do setor no PIB nacional, mas também o aumento da produtividade, o emprego da tecnologia e a suposta modernização do campo. O sítio da Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do RS (RIO GRANDE DO SUL, 2014), em seu atlas socioeconômico, por exemplo, exalta um aumento de produtividade que é de aproximadamente 11% na comparação 2013/2014 com 2001/2002, atribuindo-o ao emprego crescente de maquinário, fertilizantes e OGMs. Em outro exemplo, o jornal Zero Hora, em 22 de setembro de 2013, publicou matéria onde considera que a soja é “capaz de movimentar dezenas de bilhões de reais na indústria e nos serviços e com generosas linhas de crédito à disposição, se tornou o personagem central da economia gaúcha” (FARINA, 2013).

Dado esse contexto e a relevância do tema, o objetivo geral deste estudo é compreender aspectos textuais e discursivos da construção do consenso sobre a monocultura de soja no Rio Grande do Sul a partir de uma Análise Crítica de Discurso de reportagens publicadas por Zero Hora, principal veículo de mídia corporativa impressa do estado, durante o período de 2003 a 2015.

# 1 REVISÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

## 1.1 ANÁLISE DE DISCURSO

A análise de discurso (AD) é uma área de pesquisa bastante diversificada. Apresenta uma série de abordagens distintas que se orientam pela busca de diferentes finalidades. Esta seção apresenta alguns dos estudos que situam a Análise Crítica de Discurso - principal base de referência teórico-metodológica do presente trabalho. A exemplo de Norman Fairclough (2001), serão selecionadas abordagens que, de alguma forma, combinam a análise de textos linguísticos com alguma orientação social para o discurso. O autor divide tais abordagens em dois grupos, segundo a natureza de sua orientação social para o discurso: abordagens não-críticas e abordagens críticas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 32).

As abordagens críticas diferem das abordagens não-críticas não apenas na descrição das práticas discursivas, mas também ao mostrarem como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente para os participantes do discurso.

Essa definição de abordagem crítica é adotada nesse trabalho, ainda que o próprio autor reconheça que sua proposta não é absoluta. Não se trata, porém, de um mero critério de apresentação - tal distinção é adotada por evidenciar aspectos significativos que justificam e contextualizam o referencial escolhido.

A primeira abordagem crítica a ser revisada é a Linguística Crítica (LC), desenvolvida na década de 1970. A intenção foi casar um método de análise linguística textual com uma teoria social do funcionamento da linguagem em processos políticos e ideológicos e com a chamada 'linguística sistêmica', teoria funcionalista associada a Michael Halliday (1985) (FAIRCLOUGH, 2001). Na LC, os sistemas linguísticos não são tratados como autônomos e independentes. Segundo Halliday (1973 *apud* FAIRCLOUGH, 2001 p. 47), "a linguagem é como é por causa de sua função na estrutura social". O argumento é que a linguagem à qual as pessoas têm acesso depende de sua posição no sistema social. A linguística crítica, dadas suas origens, procura distanciar-se das abordagens sociolinguísticas, às quais critica por meramente estabelecerem correlações entre a linguagem e a sociedade, no lugar de buscar relações causais mais elaboradas, o que incluiria o efeito da linguagem na sociedade. Ela dá muita atenção à gramática e ao vocabulário, no que se

distingue de outras abordagens: "a gramática fornece diferentes tipos de processo e participantes associados como opções, e a seleção sistemática de um tipo de processo particular pode ser ideologicamente significativa" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 48).

Ainda que dê um passo à frente na construção de uma abordagem linguística crítica, a LC recebe algumas críticas. Para Fairclough (2001, p. 49), uma vez que a LC tenha estabelecido sentidos sociais para um texto, há uma tendência a tomar os efeitos ideológicos como tácitos. Isso acontece porque, na análise, a "relação entre aspectos textuais e sentidos sociais é muitas vezes retratada como sem problemas e transparente". O autor chama a atenção para o fato de a LC atribuir valores a estruturas particulares de forma muito específica, desconsiderando as nuances do processo de interpretação crítica de textos. Outra preocupação é com a negligência do discurso, tanto como um local de realização de luta social, como em termos de suas mudanças e as relações disso com uma mudança social e cultural mais ampla. A LC confere uma "ênfase unilateral aos efeitos do discurso na reprodução social de relações e estruturas sociais existentes" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 50).

Michel Pêcheux et al. (1979 *apud* FAIRCLOUGH, 2001), referenciados na teoria marxista da ideologia de Althusser (1971, *apud* FAIRCLOUGH, 2001), desenvolvem uma abordagem que também procura unir uma teoria social do discurso a um método de análise textual (FAIRCLOUGH, 2001).

Para Althusser (1999), paralelamente ao poder estatal e ao aparelho de Estado, criado pela classe dominante para dominar as demais, está uma realidade que não se confunde com ele: são os Aparelhos Ideológicos do Estado (doravante AIE). Com a introdução da noção do AIE, alerta Althusser (1999), criam-se as condições para explicar o controle da sociedade: 'os indivíduos concretos 'funcionam' e a ideologia os 'leva na conversa'<sup>3</sup> (PEREIRA, 2006, p. 25).

Althusser enfatiza a contribuição significativa da ideologia para a reprodução ou transformação das relações econômicas, argumentando que "longe de ser meramente ideias descorporificadas, a ideologia ocorre em formas materiais" (FAIRCLOUGH, 2001 p. 52). Pêcheux desenvolve a ideia da linguagem como uma forma material da ideologia de fundamental importância. O autor utiliza uma categoria - formação discursiva (FD) - para explicar as 'posições de classe' que correspondem aproximadamente às formações ideológicas que compõem um Aparelho Ideológico do Estado (AIE). Como ponto forte, a proposta de Pêcheux casa uma teoria

---

<sup>3</sup>Pereira está utilizando diretamente citações de Althusser (1999).

marxista do discurso com métodos linguísticos de análise textual. Como pontos fracos, Fairclough (2001, p. 55) destaca a insuficiente profundidade na análise textual:

Em suma, os textos são tratados como evidências para hipóteses sobre as FDs formuladas *a priori*, contrariamente à tentativa pelos analistas de estudo cuidadoso daquilo que é distintivo no texto e no evento discursivo. Há uma tendência semelhante na teoria althusseriana de ênfase na reprodução - como os sujeitos são posicionados dentro de formações e como a dominação ideológica é assegurada - em detrimento da transformação - como os sujeitos podem contestar e progressivamente reestruturar a dominação e as formações mediante a prática.

## 1.2 ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO

A Análise Crítica de Discurso (ACD) assume que a semiose - ou, mais especificamente, a linguagem - é um elemento irreduzível do processo social. Considera que as ações discursivas são fundamentais na constituição e na sustentação das relações de poder. A vida social é vista como uma rede de práticas de produção de diversos tipos (econômica, política, cultural etc.). Todas as suas práticas de produção são, parcialmente, semióticas. Assim, estabelece uma análise dialética da relação entre a linguagem e os diversos elementos da vida social (FAIRCLOUGH, 1995; MISOCZKY e FERREIRA, 2005). Dessa forma, "trata-se de uma proposta que constitui um modelo teórico-metodológico aberto ao tratamento de diversas práticas na vida social" (PEREIRA, 2006, p. 20). Segundo Fairclough (2001, p. 131), a abordagem da ACD "tenta integrar uma variedade de perspectivas teóricas e métodos pelo que é um poderoso recurso para estudar as dimensões discursivas da mudança social e cultural". Para que possa servir a tanto, o autor argumenta que uma proposição teórico-metodológica de análise de discurso deve preencher alguns requisitos apresentados a seguir.

Primeiro, é preciso um método para análise multidimensional que possibilite a avaliação das relações entre a mudança social e a mudança discursiva. Não obstante, deve-se "relacionar sistematicamente propriedades detalhadas de textos às propriedades sociais de eventos discursivos como instâncias da prática social" (FAIRCLOUGH, 2001 p. 27). Segundo, o método de análise deve ser multifuncional. A constante transformação das práticas discursivas contribui para a mudança nas diversas áreas do conhecimento - das crenças e do senso comum às ciências mais exatas - e nas relações e identidades sociais. É necessária uma concepção de discurso que contemple essas três áreas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 28). Em terceiro lugar, é necessário um método de análise histórica. Para Fairclough (2001), tal proposta de AD deve "focalizar na



estruturação ou nos processos 'articulatórios' na construção de textos". Por fim, é necessário um método crítico. Isso implica evidenciar conexões e causas que estão ocultas e intervir, por exemplo, "fornecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 28). A ACD, adotada nesse trabalho, é um modelo de análise relevante por preencher tais requisitos.

Para a realização desse estudo é necessário explorar alguns conceitos centrais da ACD, bem como atentar para as possíveis armadilhas advindas da confusão resultante das diversas interpretações e conceituações atribuídas a categorias como, por exemplo, 'discurso'.

Reconhecer uma relação dialética entre o discurso e os elementos da vida social significa "assumir que o discurso é moldado por esses, mas também os molda" (MISOCZKY e FERREIRA, 2005, p. 3). Assim, a ACD combina a concepção sócio-teórica de discurso – considerando o discurso "com referência aos diferentes modos de estruturação das áreas do conhecimento e prática social" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 21) - à concepção texto-interação, comum nas análises de discurso orientadas linguisticamente. Atribui ao discurso uma visão tridimensional: qualquer exemplo de prática discursiva é considerado simultaneamente um texto, uma prática discursiva e uma prática social:

A dimensão do 'texto' cuida da análise linguística de textos. A dimensão da 'prática discursiva', como 'interação', na concepção 'texto e interação' de discurso, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual - por exemplo, que tipos de discurso (incluindo 'discursos' no sentido mais sócio-teórico) são derivados e como se combinam. A dimensão de 'prática social' cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos referidos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22).

À visão tridimensional de discurso é relacionado o conceito de 'ordens de discurso', apresentado por Michel Foucault (1970). Em sua abordagem, Foucault (1970, p. 4) pressupõe que "em toda a sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos". Tais procedimentos, "têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade". O autor identifica procedimentos de exclusão que atuam sobre a prática discursiva, diferenciando-os em externos e internos.

Procedimentos externos de exclusão são aqueles que "de certo modo do exterior; funcionam como sistemas de exclusão" (FOUCAULT, 1970, p. 9). Dentre eles, o autor destaca a 'vontade da verdade'. Trata-se da oposição entre o verdadeiro e o falso, que atua como um sistema de exclusão

histórico e institucionalmente constrangedor que deve ser considerado em uma escala de análise mais ampla e não internamente à prática discursiva (FOUCAULT, 1970). Foucault (1970, p. 7), retomando a história da filosofia grega, afirma que "chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação e sua referência". Aparece aos nossos olhos uma verdade universalmente insidiosa e não aquela que responde ao exercício do poder (FOUCAULT, 1970, p. 8):

É que se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder? O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la. Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história - procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade.

Foucault (1970, p. 9) caracteriza procedimentos internos como aqueles "que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso". Reconhece que os discursos, por si mesmos, são responsáveis por exercer seu próprio controle. Em sua análise dos procedimentos internos, o autor identifica propriedades do discurso que, ao serem apropriadas por Fairclough e organizadas em torno do conceito de intertextualidade (ver adiante), consistem em uma importante contribuição à ACD. Foucault (1970) reconhece as propriedades intertextuais das práticas discursivas, ainda que não faça uso do termo intertextualidade. Sua abordagem, porém, privilegia os aspectos que constituem e controlam o discurso (FAIRCLOUGH, 2001). Em Foucault (1970, p. 10), a intertextualidade aparece reduzida a um procedimento de exclusão. Para o autor, um comentário, por exemplo,

Deve conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. A repetição indefinida dos comentários é trabalhada do interior pelo sonho de uma repetição disfarçada: em seu horizonte não há talvez nada além daquilo que já havia em seu ponto de partida, a simples recitação.

Ao reconhecer a existência e a dimensão dos procedimentos internos e externos - em especial a vontade da verdade e a intertextualidade - de controle do discurso, a proposta de Foucault (1970, p. 11) requer a compreensão do autor não "como indivíduo falante que pronunciou ou

escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência". A partir dessa construção, identifica em sua obra (FOUCAULT, 1970, p. 12) ordens como a 'ordem do discurso científico', a 'ordem do discurso literário' etc. Nem todas as 'regiões' do discurso são igualmente penetráveis. Neste sentido, as ordens de discurso são sempre, em maior ou menor grau, diferenciadas e diferenciantes: "ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo". Ainda assim, reconhece que algumas parecem "quase abertas a todos os ventos eostas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala".

Na concepção adaptada por Fairclough (1995; 2001), o termo ordem de discurso identifica as configurações totais das práticas discursivas em instituições particulares, ou, mesmo, em toda uma sociedade, considerando as relações e fronteiras (em constante processo de transformação) que essas estabelecem entre si. Para ele, "a ordem de discurso é a ordem social em sua faceta discursiva – ou a impressão histórica da prática sócio-cultural no discurso" (FAIRCLOUGH, 1995, p. 10). Logo, ordem de discurso é, na ACD, uma categoria fundamental que, aliada a outros elementos teóricos, possibilita uma abordagem para a análise da dimensão 'prática social' do discurso. Admitir o discurso como uma prática social impõe, por sua vez, não considerar o uso da linguagem como uma "atividade puramente individual ou como reflexo de variáveis situacionais". Por um lado, "o discurso é moldado e restringido pela estrutura social em um sentido mais amplo e em todos os níveis"; por outro, "contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente o moldam e restringem" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). De forma mais ampla, tal relação dialética se mantém entre a estrutura social e qualquer prática social.

Existe grande contribuição da obra de Foucault para a construção teórica da ACD, ainda que as tensões e discordâncias entre as propostas de Foucault e Fairclough sejam constantemente evidenciadas pelo segundo (FAIRCLOUGH, 1995; 2001). Fairclough (2001, p. 82) enumera as principais percepções de discurso que identificou no trabalho de Foucault, argumentando que constituem um "rico conjunto de afirmações e hipóteses teóricas" a ser incorporado e operacionalizado na análise de discurso textualmente orientada:

1 - a natureza constitutiva do discurso - o discurso constitui o social, como também os objetos e os sujeitos sociais;

2 - a primazia da interdiscursividade e da intertextualidade - qualquer prática discursiva é definida por suas relações com outras e recorre a outras de forma complexa; [...]

3 - a natureza discursiva do poder - as práticas e as técnicas do biopoder moderno (por exemplo, o exame e a confissão), são em grau significativo discursivas;

4 - a natureza política do discurso - a luta por poder ocorre tanto no discurso quanto subjacente a ele;

5 - a natureza discursiva da mudança social - as práticas discursivas em mutação são um elemento importante na mudança social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 81-82).

Compreender a chamada ênfase bakhtiniana<sup>4</sup> na intertextualidade também é fundamental para apropriar-se da ACD. Toda prática discursiva tem suas referências e limites definidos por outras práticas discursivas de forma manifesta ou não. Para Fairclough (2001, p. 114), intertextualidade é "a propriedade que os textos têm de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante". Em outras palavras, é "a combinação da voz de quem pronuncia um enunciado com outras vozes que lhe são articuladas" (PEREIRA, 2006, p. 35). Há, ainda, uma distinção entre a 'intertextualidade manifesta', quando há, explicitamente, a recorrência a outros textos no discurso; e a 'intertextualidade constitutiva' ou 'interdiscursividade'. A 'interdiscursividade' é responsável por estender a intertextualidade à primazia da ordem do discurso. "Por um lado, temos a constituição heterogênea de textos por meio de outros textos específicos (intertextualidade manifesta); por outro lado, a constituição heterogênea de textos por meio de elementos (tipos de convenção) das ordens de discurso (interdiscursividade)" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114).

Foucault sofre algumas críticas por debruçar-se sobre os princípios constitutivos do discurso em detrimento ao seu caráter criativo (FAIRCLOUGH, 1995; 2001). Estabelecer uma relação dialética entre o discurso e os elementos da vida social implica considerar, simultaneamente, as propriedades constitutivas e criativas da linguagem. Ainda assim, ao afirmar que não pode haver enunciado que, de uma maneira ou de outra, não reatualize outros (FOUCAULT, 1970) e, conseqüentemente, introduzir a ideia de intertextualidade, Foucault possibilita que se tome os textos historicamente (FAIRCLOUGH, 1995, p. 189). "A análise intertextual chama a atenção para a relação de dependência dos textos frente à sociedade e à história" que determina como os recursos são disponibilizados dentro de uma 'ordem de discurso'

---

<sup>4</sup> Ainda que Fairclough identifique a primazia da intertextualidade e da interdiscursividade nos trabalhos de Foucault, isso em nada tem a ver com a origem do termo, cunhado por Kristeva no final dos anos 1960 em um contexto de introdução da obra de Bakhtin para audiências ocidentais. O termo não é, portanto, de Bakhtin, mas seus esforços se orientavam para a busca de uma abordagem intertextual para a análise de textos (FAIRCLOUGH, 2001).

(gêneros, discursos etc.). Uma abordagem histórica é fundamental para a ênfase na mudança social. Para Fairclough (1995), trata-se da inserção da história no texto e do texto na história.

O conceito de 'intertextualidade' permite uma abordagem que preenche, de forma satisfatória, a distância entre texto e contexto. "A análise intertextual possibilita a fundamental mediação das relações entre linguagem e contexto social" (FAIRCLOUGH, 1995, p. 189). Porém, não é suficiente para explicar de que forma as relações sociais restringem e condicionam a prática discursiva. A partir disso, pode-se estabelecer uma importante relação entre os conceitos 'intertextualidade' e 'hegemonia' na ACD.

O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros, discursos) para gerar novos textos. Mas essa produtividade na prática não está disponível para as pessoas como um espaço ilimitado para a inovação textual e para os jogos verbais: ela é socialmente limitada e restringida e condicional conforme as relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001, p. 135).

A citação acima remete à ideia de que a intertextualidade não pode, por si própria, explicar as limitações sociais que incidem sobre a prática discursiva. Neste âmbito, torna-se imprescindível combinar intertextualidade a uma teoria de relações de poder (FAIRCLOUGH, 1995; 2001). A ACD apropria-se dos conceitos de 'ideologia' e 'hegemonia' para preencher essa lacuna. As principais contribuições para a formulação do conceito de 'ideologia' vêm de Althusser (1971 *apud* FAIRCLOUGH, 2001), apropriado por Pêcheux (1971 *apud* FAIRCLOUGH, 2001) no desenvolvimento de uma análise de discurso que vai além de uma visão estruturalista da relação linguagem/ideologia (FAIRCLOUGH, 1995; 2001). Existem algumas ressalvas do autor, em especial, devido à "falta de convergência entre a mudança social - um dos focos de Fairclough - e a perspectiva de Althusser, que propõe demonstrar o peso da determinação estrutural sobre os sujeitos" (PEREIRA, 2006, p. 25). Apesar das discussões anteriores, Fairclough (1995, p. 70) afirma: "eu discuto os méritos de 'alocar' a ideologia nas estruturas de linguagem ou nos eventos linguísticos e concluo que está presente em ambos". Além de 'alocar' a ideologia tanto nas estruturas linguísticas quanto nos eventos discursivos, o autor identifica três importantes asserções que são a base teórica do conceito, quais sejam: a ideologia tem base de existência material nas práticas das instituições - o que abre as portas para se investigar as práticas discursivas como formas de sua materialização; a ideologia 'interpela os sujeitos', o que remete à relação entre discurso e constituição dos sujeitos que será abordada mais adiante; por fim, os Aparelhos Ideológicos do

Estado (instituições tais como a mídia ou a educação) são "tanto locais como marcos delimitadores na luta de classes" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

O conceito de 'hegemonia' aparece na ACD em sua concepção gramsciana. Enquanto a noção de poder em Foucault (1970) toma uma perspectiva unilateral dos processos de luta e conflito, tendo seu foco determinado pelas estruturas, Gramsci (2006; 2011), estabelece uma relação dialética nesses processos. Como o caráter criativo das práticas discursivas não é negligenciado, ela é mais adequada ao modelo da ACD. A disputa hegemônica é uma fase política da relação de forças e, neste sentido, a função hegemônica é "equilibradora de interesses diversos" (GRAMSCI, 2011, p. 222). Para o autor, ideologias (materializadas, por exemplo, em práticas discursivas):

Entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou, pelo menos, uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade moral e intelectual pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano 'universal', criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 2011, p. 41).

Em Gramsci (2006; 2011), hegemonia é tanto liderança quanto dominação nos campos cultural, ideológico, político etc.; é o poder de uma classe economicamente definida sobre a sociedade como um todo; é a construção de alianças - muito antes a integração do que simplesmente a dominação de classes; é um foco de constante luta que incide, sobretudo, nos pontos de maior instabilidade entre classes e blocos sociais. O termo consenso, nesse trabalho, é compreendido à luz da teoria gramsciniana. O exercício da hegemonia caracteriza-se "pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria" (GRAMSCI, 2011, p. 95). Ao atuar simultaneamente como liderança e dominação, a hegemonia impõe a classes subalternas o aparato de interpretação da realidade fundamentado na concepção hegemônica.

Desta forma, um grupo subalterno é aquele que toma emprestada "uma concepção que não é sua [...] e a afirma verbalmente e também acredita segui-la" (GRAMSCI, 2006, p. 97). Gramsci (2011, p. 34) defende que "o grau e a intensidade da função hegemônica do grupo social dirigente" determina o grau de tranquilidade em um contexto de disputa hegemônica. Quando uma classe hegemônica, em certo ponto de sua trajetória histórica, deixa de ser reconhecida como a expressão

das classes subalternas, ocorre a chamada crise de hegemonia. Para Gramsci (2011, p. 60), isso ocorre:

Ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução.

Para Gramsci (2011), ainda que a função hegemônica estabeleça um equilíbrio entre interesses diversos, há que ressaltar que esse equilíbrio não é estático, mas mutável e historicamente constituído. Desta forma, ao apropriar-se da concepção gramsciana de hegemonia, Fairclough (1995; 2001) resolve alguns desequilíbrios entre as propriedades constitutivas e criativas do discurso presentes em Foucault (1970), abrindo caminho para uma abordagem em termos dialéticos do discurso e possibilitando que os enunciados gerais sobre a mudança social e cultural sejam relacionados aos "mecanismos e às modalidades precisas dos efeitos da mudança social" (PEREIRA, 2006, p. 23). Mais do que isso, a hegemonia, a partir de Gramsci, fornece a base para a análise das relações entre discurso e poder:

Em meu uso do termo discurso [...] o 'uso da linguagem' implica imbricar a fala e a escrita no exercício, na reprodução e na negociação das relações de poder e nas lutas e processos ideológicos. O conceito de hegemonia implica o desenvolvimento, em vários domínios da sociedade civil, de práticas que naturalizam ideologias e relações particulares, práticas que são largamente discursivas (FAIRCLOUGH, 1995, p. 94).

Combinar a teoria da hegemonia ao conceito de intertextualidade é um exercício importante. Em suma, a teoria da hegemonia em Gramsci (2001; 2006) é a teoria de relações de poder que ajuda a explicar as limitações sociais que incidem sobre as práticas discursivas. A intertextualidade, por sua vez, alerta para a heterogeneidade dos textos, em uma análise que evidencia os elementos diversos e frequentemente contraditórios que se articulam para compor um texto (FAIRCLOUGH, 1995; 2001).

A combinação da teoria da hegemonia com a intertextualidade é particularmente produtiva. Não só se pode mapear as possibilidades e as limitações para os processos intertextuais dentro de hegemonias particulares e estados de luta hegemônica, mas também conceituar processos intertextuais e processos de contestação e reestruturação de ordens de discurso como processos de luta hegemônica na esfera do discurso, que têm efeito sobre a luta hegemônica, assim como são afetados por ela no sentido mais amplo (FAIRCLOUGH, 2001 p. 135).

O arcabouço teórico-metodológico apresentado até aqui consiste em um amparo para o que Fairclough (1995; 2001) chama de macroanálise da prática discursiva; quer seja, a análise da

natureza das ordens de discurso, das limitações sociais às quais as práticas discursivas se submetem, e dos recursos disponíveis aos diferentes agentes. Em contrapartida, a microanálise é a "explicação precisa de como os participantes produzem e interpretam textos com base nos recursos dos membros" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 115).

A microanálise e a macroanálise são requisitos mútuos. É devido à sua inter-relação que a dimensão da prática discursiva em minha teoria tridimensional pode mediar a relação entre as dimensões da prática social e do texto: é a natureza da prática social que determina os macro-processos da prática discursiva e são os microprocessos que moldam o texto (FAIRCLOUGH, 2001, p. 115).

A gramática, o vocabulário, a coesão e a estrutura textual são ferramentas analíticas importantes para a análise textual e podem ser pensados em uma escala ascendente (FAIRCLOUGH, 2001). A principal unidade da gramática é a oração. Trata-se de uma combinação de significados ideacionais, interpessoais e textuais que se traduz na escolha de diferentes modos de dizer. O vocabulário não pode ser determinado pelo dicionário. Fairclough (2001, p. 105) argumenta que "há muitos vocabulários sobrepostos e em competição correspondendo aos diferentes domínios, instituições, práticas e valores". Nesse sentido, a relexicalização, por exemplo, aparece em um contexto de disputa hegemônica. A coesão trata de como as orações se conectam em frases e de como as frases se conectam umas às outras. A estrutura textual diz respeito à arquitetura dos textos, ordenando elementos como, por exemplo, a sequência dos acontecimentos narrados em um texto. A força dos enunciados, a coerência e a intertextualidade, por sua vez, materializam as dimensões para uma análise da prática discursiva associada ao texto (FAIRCLOUGH, 1995; 2001).

Quanto ao caráter linguístico, a ACD se orienta pela Linguística Sistêmica Funcional (LSF) proposta por Halliday (2004). Partindo da análise textual, o autor propõe avanços para uma análise da construção das relações sociais e do eu e para a construção da realidade social. Halliday (2004) descreve três macrofunções que atuam em textos: ideacional, interpessoal e textual. Segundo o autor, "um texto é produto dos três elementos; é uma composição polifônica, onde diferentes melodias semânticas são entrelaçadas, para que se realizem como estruturas lexicogramaticais integradas" (HALLIDAY, 2014, p. 268).

A macrofunção ideacional é onde o discurso contribui para a construção dos sistemas de conhecimento e crença através da representação particular do mundo. Para Halliday (2004, p. 268), "a função ideacional representa o significado potencial atribuído pelo falante como um observador. É um conteúdo funcional da linguagem, linguagem como 'sobre alguma coisa'. Este é o componente



pelo qual a linguagem codifica a experiência cultural, e o indivíduo codifica sua própria experiência como um membro da cultura". A macrofunção textual diz respeito à forma como informações são organizadas e relacionadas em um texto. Segundo Halliday (2004, p. 328), "significados textuais tendem a se realizar através da ordem em que as coisas aparecem e, em especial, pelo estabelecimento de fronteiras". O significado textual é expresso pelo que é colocado em primeiro lugar (o tema); pelo que é fonologicamente proeminente (e tende a ser alocado ao fim de uma oração), e pelas conjunções, relações e parentescos estabelecidos. A função interpessoal tem seu significado expresso "pelos contornos de entonação; pelos *mood blocks*, que podem ser repetidos como um adendo ao final; e pelas expressões de modalidade, que podem ocorrer por todo o texto". Trata-se da função em que o discurso contribui para a constituição das relações sociais. Para Halliday (2004, p. 131), a função interpessoal do discurso se realiza tanto através de orações declarativas quanto interrogativas: "as [orações] declarativas, expressam o ponto de vista do sujeito da fala, enquanto as [orações] interrogativas procuram pelo ponto de vista do ouvinte". Fairclough (2001) defende que Halliday reuniu as funções identitária e relacional da linguagem ao conceituar a macrofunção interpessoal.

Com referência ao trabalho de Halliday, Fairclough (2001, p. 92) sugere que a esses três efeitos do discurso correspondem quatro funções da linguagem, reconhecendo uma ruptura na função interpessoal. Desta forma, a função identitária da linguagem "relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso". Já a função relacional distingue "como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas", ao passo que a função ideacional se refere "aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações". A função textual, por sua vez, "diz respeito a como as informações são trazidas ao primeiro plano ou relegadas a um plano secundário, tomadas como dadas ou apresentadas como novas, selecionadas como tópico ou tema" (PEREIRA, 2006, p. 33). Também define como partes de um texto se ligam a partes precedentes e seguintes do texto, e à situação social fora do texto (FAIRCLOUGH, 2001).

Partindo dessa modificação da teoria de Halliday (1985), ou seja, da introdução das funções relacional, ideacional e identitária, Fairclough em *Analysing discourse* (2003) propõe uma articulação entre estas funções e os conceitos de gênero, discurso e estilo, sugerindo, no lugar das funções da linguagem, três principais tipos de significado: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional. [...] Para Fairclough (2003) o discurso figura de três principais maneiras como parte de práticas sociais, na relação entre textos e eventos: como modos de agir, como modos de representar e como modos de ser (PEREIRA, 2006, p. 34).

É importante notar que, embora os aspectos do significado em Fairclough sejam apresentados de forma separada para fins analíticos, eles estão dialeticamente associados. As representações particulares são legitimadas por maneiras particulares de ação e imbricadas em maneiras particulares de identificação (PEREIRA, 2006). A análise proposta pela ACD procura compreender as principais maneiras como a semiose figura nas práticas sociais - modos de agir, de representar e de ser, dando especial atenção aos processos de mudança social (FAIRCLOUGH, 1995; 2001).

### 1.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE NA ACD

A pesquisa qualitativa na ACD é fundamental para compreensão das representações de mundo, das relações sociais e das estruturas de poder naturalizadas em um contexto sócio-histórico particular a partir de dados interpretativos. O objetivo de uma pesquisa de análise de discurso orientada de forma crítica é desnaturalizar tais estruturas. "Isso requer um aparato explanatório 'global' (micro e macro)" (FAIRCLOUGH, 1995, p. 27). É preciso romper a barreira das análises textuais meramente descritivas e ir ao nível da explanação. No nível macro, é feita uma análise das práticas discursivas (intertextualidade manifesta: pressuposição e representação discursiva); no nível micro, uma análise textual (transitividade, modalidade e metáfora). A terceira dimensão de análise na ACD é a da prática social da qual o discurso é parte. Essas três dimensões de análise, inevitavelmente, estarão sobrepostas na prática (FAIRCLOUGH, 1995; 2001).

A interpretação de textos envolve dois níveis: compreensão e explanação (FAIRCLOUGH, 1995). O objetivo é fornecer uma explanação particular do texto, assim, a ACD "re-descreve propriedades de um texto - incluindo o conjunto de compreensões - usando um arcabouço teórico particular para localizar o texto na prática social" (PEREIRA, 2006, p.76). As relações estabelecidas entre o material empírico e o arcabouço teórico sustentam a análise, dando forma ao objeto de pesquisa. Dessa maneira, a descrição dos dados não pode ser realizada sem a participação da subjetividade do analista - quais relações são consideradas relevantes para análise, porque realizar determinadas perguntas em detrimento de outras etc. (FAIRCLOUGH, 2001).

A construção do corpus de pesquisa é um processo indissociável da própria análise. Nesse estudo, foram consideradas reportagens do jornal Zero Hora - principal veículo de mídia corporativa impressa do Rio Grande do Sul - que tratam o tema da soja no período de 2003 a 2015

para a seleção do corpus. O objetivo é buscar uma análise mais detalhada de momentos nos quais os conflitos entre diferentes ordens de discurso foram mais latentes; onde o discurso hegemônico enfrentou maior resistência; onde se revelaram transformações na atribuição de significados e na construção de identidades por meio de instâncias discursivas. Para se tomar decisões sensíveis na seleção do corpus, Fairclough (2001) defende que é preciso estar a par das informações contidas nos arquivos. O método de seleção do corpus adotado nessa pesquisa é aportado pelas referências escolhidas.

Uma estratégia de seleção que deve ser recomendada consiste em focalizar o que anteriormente chamei de ponto crítico e momento de crise. Há momentos do discurso onde há evidências de que as coisas estão caminhando de maneira errada: algum distúrbio a exigir que os participantes reparem um problema de comunicação, por exemplo, mediante solicitações ou ofertas de repetições, ou mediante a correção de um(a) participante por outro(a); disfluências excepcionais (hesitações, repetições) na produção de um texto; silêncios; mudanças súbitas de estilo. [...]. Tais momentos de crise tornam visíveis aspectos de práticas que devem ser normalmente naturalizados e, portanto, dificultar a percepção; mas também mostram a mudança no processo, formas reais pelas quais as pessoas lidam com a problematização das práticas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 281).

A construção do corpus de análise da ACD busca contemplar momentos onde essas evidências estejam mais claramente apresentadas – os pontos críticos do discurso - no processo de construção do consenso do agronegócio da soja. Tendo em vista que a ACD é mais adequada à análise de um número pequeno de amostras (FAIRCLOUGH, 2001), foram selecionadas quatro reportagens do jornal Zero Hora. A análise do corpus foi feita nas três dimensões citadas anteriormente: macro, micro e das relações entre o discurso e a prática social. De acordo com Fairclough (1995; 2001), ainda que existam diversas categorias de análise micro e macro, em qualquer análise particular algumas dessas categorias são mais relevantes que outras. Sendo assim, é recomendável concentrar a análise apenas nas categorias consideradas mais relevantes para o exame das relações entre o corpo teórico da pesquisa e os dados empíricos.

A análise do nível macro foi centrada na *intertextualidade manifesta* das amostras selecionadas. Nas palavras do autor (FAIRCLOUGH, 2001, p. 285), “intertextualidade manifesta é uma área cinzenta entre a prática discursiva e o texto” porque remete a questões sobre aquilo que é componente do processo de produção de um texto, bem como a características que estão expressas na superfície do texto. A intenção é identificar o que outros textos estão delineando na constituição da amostra que está sendo analisada e de que forma isso ocorre. Para isso, foram examinados os momentos de *representação discursiva* e as *pressuposições* adotadas nos textos selecionados.

Representações discursivas são representações das diferentes 'vozes' de um texto. Podem se apresentar de forma direta ou indireta e estar contextualizadas de diferentes formas no discurso representador. “Uma variável principal a respeito de como o discurso é representado é se a representação vai além do ideacional ou conteúdo da mensagem para incluir aspectos do estilo e do contexto dos enunciados representados” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 153). A análise se concentrou em identificar: (a) o quão explícita e claramente marcados estão os discursos representado e representador; e (b) em que magnitude o discurso representado é traduzido na voz (estilo, linguagem, afinidade) do discurso representador.

Pressuposições são proposições tomadas como dadas pelo texto, ou como já estabelecidas. “Quer sejam baseadas em textos anteriores do produtor do texto, quer em textos de outros, podem ser manipulativas assim como sinceras” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 156). Trata-se de um recurso efetivo de manipulação por serem difíceis de desafiar. Isso porque conectam um texto a outros sem, no entanto, atribuir vozes ou textos específicos nessa relação. Podem ser engatilhadas por artigos, pronomes demonstrativos e outros recursos linguísticos (FAIRCLOUGH, 2001).

Segundo Fairclough (2003 *apud* PEREIRA, 2006, p. 37) “a intertextualidade pode sinalizar abertura e reconhecimento da diferença ou acentuação conflituosa da mesma ao passo que a pressuposição aponta para o consenso”. Tem-se claro, portanto, que se trata de uma categoria de análise fundamental nesse trabalho. A naturalização de uma prática social está diretamente relacionada ao quanto surge como dado naquilo que se apresenta no conjunto de textos do arquivo. No caso específico desse estudo, a análise recai sobre as principais pressuposições que são assumidas na construção do consenso sobre o agronegócio da soja. É preciso responder à seguinte pergunta: são essas pressuposições sinceras ou manipulativas? (FAIRCLOUGH, 1995; 2001).

A dimensão de análise textual – ou, o nível micro – foi realizada com ênfase na modalidade, na transitividade e no uso de metáforas. *Modalidade* é a dimensão da gramática da oração que corresponde à função 'interpessoal' da linguagem; expressa o grau de afinidade do autor com o enunciado proposicional. É tradicionalmente associada à utilização dos 'verbos auxiliares modais' (dever, poder etc.); porém, pode ser expressa através de recursos como advérbios modais (obviamente, provavelmente, definitivamente, claramente) ou pela escolha dos tempos verbais (o presente do indicativo, normalmente, realiza uma modalidade categórica, ao passo que o futuro do pretérito, por exemplo, é utilizado para indicar uma modalidade incerta e não afirmativa). A modalidade pode ser expressa de forma objetiva, onde o grau de afinidade do sujeito com a

proposição não está claramente definido, ou de forma subjetiva, quando essa relação é manifesta. Por exemplo: a sentença “hoje será um dia chuvoso” expressa uma modalidade objetiva, ao passo que a frase “acredito que hoje irá chover” a expressa de forma subjetiva (FAIRCLOUGH, 2001).

Fairclough (2001, p. 201) considera que a modalidade é uma dimensão tradicionalmente subestimada na análise de discurso, tendo um papel mais central do que aquele que normalmente lhe é atribuído: “uma medida de sua importância social é a extensão com que a modalidade das proposições é contestada e aberta à luta e à transformação. Transformações da modalidade são, por exemplo, generalizadas em reportagens de mídia”. A mídia “sistematicamente transforma em fatos aquilo que frequentemente não passa de interpretações de conjuntos de eventos complexos e confusos”. Neste caso específico, é de especial relevância compreender de que maneira os textos articulam diferentes proposições na construção de um consenso sobre o agronegócio da soja. A análise recaiu sobre o grau de afinidade entre as proposições e a 'voz' do texto e sobre quais recursos gramaticais são utilizados para expressar essa relação. Há uma predileção por modalidades objetivas que permitem que perspectivas parciais sejam universalizadas?

Outra categoria fundamental para a construção desse trabalho é a *transitividade*, que recebe muita atenção por parte dos trabalhos na área da linguística crítica. Trata-se da dimensão 'ideacional' da gramática e “lida com os tipos de processos que são codificados em orações e com os tipos de participantes (elementos em orações) envolvidos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 221). Existem dois tipos de processos principais: quando o verbo marca uma relação entre os participantes, e processos de ação, quando um agente age ao encontro de um objetivo. Nos processos de ação, onde as orações são de ação dirigida, a voz pode ser tanto ativa como passiva. As escolhas de voz podem favorecer determinados agentes ou processos ao toma-los como tema (FAIRCLOUGH, 1995). A análise da transitividade, neste sentido, ajuda a compreender qual(is) a(s) perspectiva(s) tomada no texto.

Outra característica importante da transitividade, em termos da realização desse trabalho, é o grau de nominalização nos textos. “A nominalização é a conversão de processos em nomes, que tem o efeito de pôr o processo em si em segundo plano – o tempo e a modalidade não são indicados -, além de usualmente não especificar os participantes de forma que agentes e pacientes são deixados implícitos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 223). “A nominalização divide com a voz passiva a possibilidade de omitir o agente e a variedade de motivações para fazê-lo” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 226). Nesse âmbito, o objetivo dessa análise é identificar “se tipos de processo ou

participantes em particular estão sendo favorecidos no texto, que escolhas de 'voz' são feitas e quão significante é a nominalização dos processos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 287).

Finalmente, as *metáforas* compõem uma categoria de análise textual intimamente relacionada à transitividade e, em especial, à nominalização. A constituição metafórica de um dado domínio particular de discurso é um elemento transformador não apenas do discurso em si, mas também do pensamento e da prática nessa esfera. “Algumas metáforas são tão profundamente naturalizadas no interior de uma cultura particular que as pessoas não apenas deixam de percebê-las na maior parte do tempo, como consideram extremamente difícil escapar delas no seu discurso, pensamento ou ação, mesmo quando se chama sua atenção para isso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 241). Nesse sentido, é possível afirmar que a mudança na 'metaforização' da realidade é um aspecto da mudança discursiva com implicações significativas (FAIRCLOUGH, 1995; 2001).

A análise se propôs a caracterizar as metáforas usadas na amostra discursiva e identificar que fatores ideológicos determinaram sua utilização. Com isso, se pretendeu lançar luz aos efeitos desses recursos ao pensamento e à prática do agronegócio da soja no Rio Grande do Sul.

A análise textual e a análise das práticas discursivas são complementares, jamais excludentes. Fairclough (1995; 2001) defende que uma análise de discurso orientada de forma crítica – caso específico desse estudo – deve incorporar e relacionar os aspectos micro e macro. A ACD ainda reconhece que essas duas dimensões de análise estão inextricavelmente associadas à dimensão da análise da *prática social*. Trata-se de uma dimensão de fronteiras mais difusas, na qual a pesquisa não pode ser orientada pela escolha de categorias bem definidas, por exemplo (FAIRCLOUGH, 2001). Em verdade, a interpretação da prática social é um dos elementos presentes desde a definição do tema de estudo, perpassando todas as etapas de constituição do objeto de pesquisa e as demais dimensões de análise.

Partindo de uma análise comprometida com os procedimentos expostos acima, a intenção é especificar, ao menos em alguns aspectos, “a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar porque a prática discursiva é como é; e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 289). Por fim, “toda a pesquisa em ACD deve conter uma reflexão sobre a análise” (PEREIRA, 2006, p. 77).

Para finalizar este capítulo, são apresentadas no Quadro 1 as categorias e os focos de análise da ACD que foram utilizadas como referência na construção desse trabalho.

**Quadro 1- Categorias de análise da ACD utilizadas como referência na construção do trabalho**

<b>Dimensão de Análise</b>	<b>Tipo de Análise</b>	<b>Material de Análise</b>	<b>Categorias de análise</b>	<b>Foco de Análise</b>
<b>Micro</b>	Análise Textual	Amostras Textuais	Transitividade	Identificar a) que tipos de processo ou participantes estão sendo favorecidos no texto; b) que escolhas de voz são feitas; c) quão significativa é a nominalização dos processos
			Modalidade	Identificar a) o grau de afinidade entre as proposições e a voz do texto e quais recursos gramaticais são utilizados para expressar essa relação; b) se há uma predileção por modalidades objetivas que permitem que perspectivas parciais sejam universalizadas
			Metáforas	a) caracterizar as metáforas utilizadas na amostra em contraste àquelas utilizadas para sentidos similares em outros contextos; b) identificar que fatores ideológicos determinam sua utilização
<b>Macro</b>	Análise da Prática Discursiva	Amostras discursivas	Representações discursivas	Analisar a) o quão explícita e claramente estão marcados os discursos representado e representador; b) em que magnitude o discurso apresentado é traduzido na voz do representador
			Pressuposições	Analisar a) quais pressuposições são assumidas nas amostras e em que grau elas são partilhadas por outras instâncias discursivas, ou mesmo outras vozes do texto; b) se essas pressuposições são sinceras ou manipulativas?

Fonte: adaptado de Fairclough (2001).

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desse trabalho é compreender aspectos textuais e discursivos (micro e macro) da construção do consenso sobre a monocultura de soja no Rio Grande do Sul a partir de uma Análise Crítica de Discurso de reportagens publicadas por Zero Hora durante o período de 2003 a 2015.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar modalidades presentes nos textos selecionados, identificando o grau de afinidade entre as proposições e a voz do texto e a eventual predominância de modalidades objetivas.
- Analisar aspectos da transitividade dos textos selecionados, com ênfase nos processos ou participantes que são favorecidos, nas escolhas de voz e na nominalização.
- Caracterizar as construções metafóricas utilizadas nos textos, identificando fatores ideológicos que determinam sua utilização.
- Realizar a macroanálise da prática discursiva da produção do consenso da monocultura da soja orientada pelo foco nas escolhas de representação discursiva e pela identificação do caráter das principais pressuposições adotadas.



### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse item descreve os procedimentos metodológicos utilizados nesse trabalho, sendo dividido em dois subitens. O primeiro dedica-se a explicar a construção do corpus de análise da pesquisa e é subdividido em três partes. Inicia justificando e contextualizando a escolha do jornal Zero Hora (ZH) como o representante da mídia corporativa, apresentando de forma sucinta alguns trabalhos que tratam o discurso de ZH como uma prática social. Em seguida, descreve o processo de seleção dos textos do corpus de análise. Por fim, descreve brevemente aspectos do contexto e da intertextualidade dos dois pontos críticos estabelecidos no estudo. O segundo subitem descreve os procedimentos utilizados na análise e a forma como ela é apresentada no texto.

#### 3.1 CONSTRUÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE

##### 3.1.1 O jornal Zero Hora

A escolha do jornal ZH, cujas reportagens publicadas de 2003 a 2015 que abordam a temática da soja compõem os arquivos desse trabalho, se justifica pela centralidade do veículo no Rio Grande do Sul. Vinculado à Rede Brasil Sul (RBS), que, por sua vez, é afiliada à Rede Globo, ZH é o principal veículo de mídia corporativa impressa do estado. Zero Hora tornou-se o “jornal gaúcho” em um processo de institucionalização que passou, também, pela anulação da concorrência - o que lhe confere um poder performativo, formal, que dá realidade ao que nomeia, que institucionaliza o que diz, que anula simbolicamente o que omite (MISOCZKY e FERREIRA, 2005).

São diversos os trabalhos acadêmicos e estudos envolvendo ZH no RS. No estudo sobre a construção da identidade gaúcha em ZH, por exemplo, Felippi (2006, p. 7) reconhece a mídia corporativa e, mais especificamente, a ZH, como “construtores da realidade social e como constituidores das identidades culturais”. A autora se detém em alguns dos mecanismos de influência, dos quais o veículo faz uso durante o processo de construção de uma identidade local, ainda que não aprofunde as consequências sociais dessa influência.

Berger (1996) analisa como a grande imprensa, representada por ZH em sua pesquisa, realiza a construção simbólica do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) a partir das relações de conflito que marcam o encontro entre a mídia corporativa e os movimentos sociais. A autora analisa a luta pelo poder simbólico a partir da noção de campos de poder presente em Bourdieu, que, por sua vez, “vem ao encontro da necessidade de relacionar o lugar da produção social com o lugar da produção simbólica” (BERGER, 1996, p. 2).

Misoczky e Ferreira (2005) analisam a construção simbólica da definição de governar e de governador realizada por ZH durante as eleições para governador do RS em 1994, 1998 e 2002. Apropriando-se do método da ACD, as autoras evidenciam um “contínuo na linha editorial do jornal, independente do contexto e da intertextualidade”. Nesse contexto, governar, para ZH é sinônimo de conciliar, e governador deve assumir o papel de um administrador modernizador.

Gomes (2007) analisa a cobertura de ZH durante o processo de reforma psiquiátrica no Hospital Psiquiátrico São Pedro. Para a autora, ZH “intermedeia [sic] os vários campos sociais e (re)apresenta um discurso que constrói sentidos sobre a realidade e, conseqüentemente, sobre a loucura” (GOMES, 2007, p. 8). O estudo demonstra que a mídia viabiliza os discursos hegemônicos, “colocando-os em circulação na sociedade, visando formar consensos” (GOMES, 2007, p. 143).

Moreira (2012), realiza uma análise crítica de gêneros de popularização da ciência da área de informática no jornal ZH. Busca investigar a configuração dos textos que popularizam as pesquisas da área de informática. A análise indica que ZH produz notícia, reportagem e infomercial, um gênero híbrido que mescla características de notícia e anúncio. Identificou-se que o discurso de ZH aponta “para uma visão moderna da ciência que atribui ao conhecimento do contexto científico um caráter de verdade absoluta” (MOREIRA, 2012, p. 180).

As contribuições desses autores evidenciam a influência do veículo no estado, lançando luz aos desdobramentos sociais recorrentes de sua atuação. Justifica-se, assim, para além da evidente soberania econômica e comercial, a escolha de ZH como foco dessa pesquisa – trata-se de um representante adequado da mídia corporativa no RS.

### **3.1.2 O processo de seleção do corpus: pontos críticos identificados e critérios de seleção de textos**

A procura por pontos críticos durante período de 2003 a 2015 provou-se indispensável ao longo da construção desse trabalho. Foram observadas 134 reportagens de ZH que abordam o tema da soja no RS durante esse período. A diversidade das fontes de pesquisa (arquivos digitais, jornais impressos, arquivos obtidos junto ao CDI de ZH), a imprecisão das ferramentas de busca na internet, e a dificuldade em obter matérias que datam de antes do ano de 2008 de forma ordenada, indicam que as reportagens produzidas relacionadas ao tema não foram esgotadas por essa pesquisa. Ainda assim, o número de textos encontrado é muito maior do que o indicado para o corpus de uma análise qualitativa (FAIRCLOUGH, 2001).

Dessa forma, recorreu-se à busca por pontos críticos como primeiro critério de seleção. Neste âmbito, dois momentos foram identificados como pontos-chave na construção do consenso sobre a monocultura de soja no estado. O primeiro foi o processo de disputa em instâncias jurídicas que culminou com a criação da CTNBio e a conseqüente legalização dos OGMs. Foi o desfecho de um ciclo que se iniciou no final da década de 1990, com o contrabando de sementes de soja geneticamente modificadas da Argentina para o RS (ver introdução). Para fins desse estudo, entretanto, o marco inicial do ponto crítico foi definido como o início do ano de 2003 – ano da primeira Medida Provisória do Governo Federal que liberou a produção de soja transgênica em escala comercial. O marco final deste momento foi ao cabo de 2005, ano em que foi criada a CTNBio e aprovada a Lei Nacional de Biossegurança (BRASIL, 2005).

O segundo ponto foi o ano de 2015, evidenciado por um acirramento nas disputas em torno do significado atribuído ao modelo de monocultivo da soja no Brasil e no RS. Foi um ano de inúmeras publicações a respeito do tema. Dentre aquelas que denunciam os desdobramentos ambientais, sociais e para a saúde humana do monocultivo da soja, destaca-se o dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), organizado por Fernando Ferreira Carneiro e colaboradores (CARNEIRO et al., 2015). O material reúne diversos artigos, estudos e dados de pesquisadores e agricultores preocupados com os impactos do uso deliberado de agrotóxicos no território nacional. Outras dimensões dos desdobramentos do agronegócio no Brasil também são abordadas. Por sua vez, a mídia corporativa gaúcha intensificou a publicação de matérias sobre o assunto. ZH publicou uma série de reportagens abordando especificamente a produção de soja no

estado, em um compilado denominado Especial Soja. O especial exalta a presença e a expansão do monocultivo de soja, destacando a importância econômica do setor no Rio Grande do Sul. Para além da relação de disputa em torno do significado atribuído à monocultura da soja, chama a atenção a quase simultaneidade em que os documentos foram veiculados. O Especial Soja de ZH foi publicado cerca de duas semanas antes do lançamento do Dossiê ABRASCO.

Um segundo critério de seleção diz respeito ao conteúdo dos textos considerados. A seleção foi orientada pela busca de textos de maior grau de afinidade com os pontos críticos identificados. Ou seja, textos cujo conteúdo estivesse mais relacionado aos eventos sociais que demarcam esses pontos. Essa relação é mais ou menos explícita e aparece de formas distintas – afirmação, questionamento, negação ou exclusão, por exemplo. Partindo dessa orientação, entre 2003 e 2005, foram selecionados textos relacionados às transformações do agronegócio mediante os desdobramentos da disputa em instâncias jurídicas pela legalização dos OGMs. Ao longo do ano de 2015, foram selecionados textos cujo posicionamento na disputa em torno do significado do monocultivo da soja era mais explícito.

### **3.1.3 Contexto e intertextualidade nos pontos críticos**

#### **3.1.3.1 O processo de legalização dos OGMs**

O emprego da biotecnologia moderna marca o início de uma nova etapa na agricultura brasileira e redimensiona as relações de produção no campo (SILVEIRA, BORGES e BUAINAIN, 2005; SAUER, 2010). Nesse sentido, o processo de legalização dos OGMs deve ser compreendido como uma instância da disputa pela consolidação de um modelo hegemônico de produção agrícola pautado no monocultivo para exportação. A legitimação desse modelo se dá através de um esforço estratégico de construção discursiva. Esse esforço é pautado pela tecnicização do discurso. Sauer (2010, p. 140) defende que "muitos argumentos pró-liberação dos transgênicos estão calcados em um discurso de isenção da ciência e da tecnologia de qualquer pressuposto político, social ou ideológico e da condição *sine qua non* do desenvolvimento da ciência para o progresso humano".

Segundo Sauer (2010), a legitimação do processo de legalização dos transgênicos no Brasil foi marcada pela construção ideológica da ciência como um campo desvinculado do político e do social, o que contribuiu para a universalização de uma perspectiva de funcionalidade técnica. "À

medida que aumenta a eficácia apologética da funcionalidade técnica, a racionalidade neutraliza-se como instrumento de crítica das formas de produção capitalistas". Nesse âmbito, as forças produtivas deixam de servir em prol do esclarecimento político e da crítica das legitimações vigentes e se convertem em base de legitimação. Como resultado, "o método científico que deveria levar a uma dominação cada vez mais eficiente da natureza proporcionou também os métodos para dominação das pessoas" (SAUER, 2010, p. 154).

A objetividade da ciência passa, também, a ser base de legitimação dos cientistas e dos órgãos de pesquisa. Dessa forma, se justifica, por exemplo, a autonomia atribuída à CTNBio e à Embrapa em relação aos interesses conflituosos dos grupos econômicos. "A CTNBio passa a ser uma comissão de cientistas habilitados e capacitados para decidir sobre a aplicação prática de tecnologias, *independentemente* de qualquer influência como, por exemplo, os interesses comerciais das empresas multinacionais do setor de sementes e agroquímicos" (SAUER, 2010, p. 155).

A linguagem técnica, segundo Fairclough (2001), costuma ser abstrata, ameaçadora ou mistificadora para pessoas leigas. Através da adoção de uma linguagem técnica, é possível restringir o diálogo a apenas alguns setores ou grupos sociais, excluindo os demais do debate. Trata-se de uma dimensão muito importante em uma análise do discurso da mídia, uma vez que os veículos de mídia corporativa normalmente pretendem exercer e orientar a mediação entre grupos sociais distintos (FAIRCLOUGH, 1995; 2001). O primeiro ponto crítico se insere nesse contexto de aprofundamento da tecnicização do discurso sobre o monocultivo da soja.

### 3.1.3.2 O acirramento da disputa pelo significado atribuído às monoculturas de soja em 2015

A busca pela manutenção do equilíbrio hegemônico que sustenta um arranjo particular de produção passa pela construção em torno do significado atribuído a esse modelo (FAIRCLOUGH, 2001). Nesse sentido, a presença e a expansão dos monocultivos de soja no RS, incentivadas por políticas públicas em diversas instâncias, passam por uma construção discursiva que atribui à atividade o significado particular de um (ou mais) grupo(s) hegemônico(s) (segundo a concepção de GRAMSCI, 2006).

O ano de 2015 aponta um acirramento nas disputas em torno do significado atribuído ao monocultivo de soja no Brasil e no RS. De um lado, diversos grupos sociais que contrapõem o

modelo hegemônico de produção da soja se articulam para denunciar as controvérsias do arranjo de monocultura para exportação. De outro, a mídia corporativa e as instâncias de representação do Governo Federal realizam uma ofensiva para reafirmar a legitimidade da produção de soja no estado e os incentivos concedidos aos grandes proprietários de terra e multinacionais.

A articulação de grupos sociais na disputa pelo significado atribuído ao modelo hegemônico se dá em um contexto de luta pela propriedade da terra. "As experiências de luta e acesso à terra [...] além de garantir bem-estar social e melhoria das condições de vida, são também impulsionadoras de transformações culturais, simbólicas e representacionais" (SAUER, 2010, p. 38). É a partir da negação do espaço rural, da inacessibilidade da terra como meio de produção para a grande maioria dos trabalhadores, que se articulam grupos e setores da sociedade civil na denúncia das controvérsias sociais e ambientais ampliadas pela presença e a expansão da monocultura da soja (SAUER, 2010, p. 37).

Além das formulações teóricas, há um movimento social e político de *recriação* do campo através da luta pela terra no Brasil (Martins, 2000). Esse movimento agrário - gestado como resistência ao aprofundamento da expropriação e exploração das populações rurais com a implantação da modernização agropecuária - recoloca a importância da realização de uma reforma agrária no país [...].

No ano de 2015, entre as publicações que articulam críticas ao agronegócio, destaca-se o lançamento do Dossiê ABRASCO (2015), organizado por Fernando Carneiro e colaboradores. Em 623 páginas, traz um compilado dos trabalhos de autores que denunciam, em especial, os efeitos adversos do uso deliberado de agrotóxicos. O documento é dividido em quatro capítulos: Segurança alimentar e nutricional e saúde; Saúde, ambiente e sustentabilidade; Conhecimento científico e popular - construindo a ecologia dos saberes; e A crise do paradigma do agronegócio e as lutas pela agroecologia.

O primeiro capítulo foca nos riscos para a saúde humana, provocados pelo uso deliberado de agrotóxicos, trazendo casos distintos de contaminação por agrotóxicos no Brasil. O segundo capítulo dimensiona o uso de agrotóxicos no país, abordando aspectos de sua relação com o agronegócio e alguns mitos referentes ao modelo de produção agroexportador. Aponta ainda, a omissão do Governo Federal em relação às políticas de saúde pública relacionadas ao agronegócio. O terceiro capítulo aponta iniciativas e reflexões importantes na busca pela construção de alternativas ao modelo agrário exportador. O último capítulo aborda aspectos da luta pelo modelo de produção nos campos brasileiros (CARNEIRO et al., 2015).

Em contrapartida, a mídia corporativa intensificou a publicação de reportagens que abordam o tema do agronegócio, reforçando seu posicionamento. Uma das evidências dessa afirmação, se dá quando ZH lança, no dia 14 de abril de 2015, o ‘Especial Soja’, publicação de caráter extraordinário. Desta forma, o segundo ponto crítico estabelecido se insere em um contexto de acirramento na disputa em torno do significado atribuído aos monocultivos de soja.

### 3.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A análise foi feita em diálogo com os textos selecionados, fundamentada no referencial teórico-metodológico da ACD e orientada pelas categorias de análise apresentadas no Quadro 1 (ver item 2.3), de forma a atingir os objetivos desse trabalho (ver item 3). O corpo textual da análise foi dividido em duas partes: O papel de ZH no processo de legalização dos OGMS - composta pelas análises dos textos 1 e 2 e por uma primeira síntese analítica, que discorre sobre os resultados obtidos nas mesmas – e ZH e a construção do significado da monocultura de soja no Rio Grande do Sul - composta pelas análises dos textos 3 e 4 e por uma segunda síntese analítica, referente a essas análises. Ao final de cada uma das partes do corpo textual da análise, é apresentado um quadro síntese. A construção dos quadros síntese é orientada pelas categorias e pelos focos de análise propostos no Quadro 1. Os textos selecionados para o corpus da pesquisa aparecem transcritos, destacados pelo uso da caixa de texto e numerados de 1 a 4 em ordem cronológica, sendo inseridos nos subitens de suas respectivas análises.

## 4 ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO DO CORPUS SELECIONADO

### 4.1 O PAPEL DE ZH NO PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO DOS OGMS

Os textos 1 e 2 são reportagens publicadas ao longo do processo de disputa pela legalização da soja transgênica e datam do período estabelecido como primeiro ponto crítico – 2003 a 2005. Nenhum deles aborda diretamente o tema da disputa pela legalização da soja transgênica, mas a forma como abordam aspectos relacionados a isso nos diz muito sobre as nuances dos recursos de que se vale o veículo para articular suas posições. Uma primeira leitura dos textos 1 e 2 é suficiente para evidenciar sua inserção na ordem do discurso técnico (FOUCAULT, 1970), reafirmando a consolidação da estratégia de legitimação do modelo hegemônico de produção agrário exportador identificada por Sauer (2010). A escolha dos representados, o destaque para suas respectivas posições, a nominalização dos processos, a escolha das vozes na construção do argumento, a composição de frases afirmativas no presente do indicativo, a tematização dos processos e o uso de muitos dados estatísticos combinados são evidências claras dessa inserção (FAIRCLOUGH, 2001) e requerem uma análise mais detalhada.

#### 4.1.1 ACD do Texto 1

##### TEXTO 1

Zero Hora, 08 de outubro de 2004

##### **Alta do petróleo encarece lavoura de soja no Rio Grande do Sul** Custos de produção no plantio que se inicia são superiores aos de 2003

Contas mais apertadas aguardam os agricultores ao final da safra 2004/2005. Com custos de produção superiores aos do ano passado e previsão de colheita mais cheia, o cenário que se desenha é preocupante para o produtor de soja, que inicia o plantio nos próximos dias.

A rentabilidade da lavoura, que foi de 60% em média em 2003 e chegou a 40% neste ano, não deve passar de 20% no ano que vem, na análise do diretor técnico da corretora Safras e Mercado, Flávio Roberto de França Junior.



Isso porque os custos de produção da oleaginosa no último ano aumentaram cerca de 20%, enquanto o preço da saca de 60 quilos se mantém no mesmo patamar de um ano atrás – entre R\$ 32 e R\$ 38 –, sem descontar a inflação, segundo a Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul (Fecoagro).

O diretor comercial da Cooperativa Triticola Mista do Alto Jacuí (Cotrijal), Irmfried Schmiedt, vai mais longe. O dirigente afirma que o custo de produção da soja passou de 10 sacas por hectare para até 20 sacas por hectare (aproximadamente R\$ 700 em valores de hoje).

O analista de mercado Antonio Sartori, diretor da corretora Brasoja, sustenta que o preço atual da soja é o mais baixo dos últimos dois anos. Em maio, a saca chegou a R\$ 52, a maior cotação em 18 anos, e despencou 30% desde então.

Alie-se a isso a colheita nos Estados Unidos, que deve totalizar 77,2 milhões de toneladas de soja, e a perspectiva de produzir quase 10 milhões de toneladas no Rio Grande do Sul (ante 5,8 milhões de toneladas colhidas na última safra), e fica claro que a lei da oferta e da procura não permite projeções otimistas.

– A única válvula de saída é a produtividade. Se houver quebra de safra, será desastroso – avisa França Júnior.

Os itens de maior peso são os adubos e fertilizantes, que subiram até 30%. Produzidos com matéria-prima importada e derivada de petróleo, representam 20% dos custos totais da lavoura de soja e 22% no caso do milho, segundo a Fecoagro. O presidente do Sindicato da Indústria de Adubos do Rio Grande do Sul (Siargs), Torvaldo Antonio Marzolla Filho, afirma que a matéria-prima aumentou 47% internacionalmente.

Enquanto o Centro-Oeste importa 45% da matéria-prima, o Rio Grande do Sul importa 100% – é mais barato trazer de navio da Rússia do que de caminhão do Paraná. Além do impacto do aumento do petróleo sobre parte dos componentes – os nitrogenados –, a indústria de fertilizantes está arcando com o custo do frete, que conforme Marzolla, triplicou desde o início da guerra no Iraque. Marzolla diz que o transporte marítimo passou de US\$ 10 para US\$ 30 por tonelada/dia.

É das matérias-primas a culpa do aumento de 60% no preço do maquinário agrícola. Segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas do Estado (Simers), Cláudio Bier, o aço aumentou 115% no último ano. Embora não seja importado, o componente segue a cotação do mercado internacional.

Bier destaca que tudo que o Brasil exporta é nivelado pelo preço internacional, e 50% das nossas máquinas são vendidas para fora. Acrescenta que são as exportações que devem puxar as vendas neste ano. No primeiro semestre, a exportação de colheitadeiras superou em 55,7% os negócios de janeiro a junho de 2003. A venda de tratores para outros países, se comparados os mesmos períodos, foi 70,4% maior.

No ano passado, o litro do diesel custava menos de R\$ 1,40. Neste ano, a média é de R\$ 1,59, uma variação superior a 13%. O combustível representa 7% dos custos da lavoura de soja e 6,6% na cultura do milho. A mão-de-obra subiu mais de 10%, graças a acordos e coletivos para repor a inflação conforme o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGPM) ou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC). A ameaça da ferrugem asiática exige gasto maior com aplicações preventivas de fungicidas. Mix de juros, que chegam a 178% ao ano. Depreciação das máquinas.

O primeiro aspecto relevante é o próprio título da matéria: "Alta do petróleo encarece lavoura de soja no Rio Grande do Sul: custos de produção no plantio que se inicia são superiores aos de 2003" (MARQUEZAN, 2004). A nominalização da alta do petróleo transforma-a em agente que 'encarece' a lavoura e põe o processo, em si, em segundo plano (FAIRCLOUGH, 2001). O discurso de ZH assume como pressuposto um determinismo da relação entre os custos de produção agrícola e o preço do petróleo. Esse pressuposto é reafirmado pela apresentação de diversos dados quantitativos ao longo do texto, especialmente ao final da reportagem:

Os itens de maior peso são os adubos e fertilizantes, que subiram até 30%. Produzidos com matéria-prima importada e derivada de petróleo, representam 20% dos custos totais da lavoura de soja [...]

Além do impacto do preço do petróleo sobre parte dos componentes- os nitrogenados - a indústria de fertilizantes está arcando com o custo do frete, que conforme Marzolla, triplicou desde o início da guerra no Iraque. [...]

Ano passado, o litro do diesel custava menos de R\$ 1,40; neste ano, a média é de R\$ 1,59, uma variação superior a 13% (MARQUEZAN, 2004).

Os dados são apresentados em frases afirmativas, compostas no presente do indicativo, e a perspectiva apresentada é universalizada. Muitos dos dados da reportagem não estão claramente atrelados a uma fonte específica, o que deixa margem para diferentes interpretações a respeito da origem das afirmações. A análise indica que a construção discursiva de ZH naturaliza a relação de dependência entre o preço do petróleo e os custos da agricultura gaúcha, desassociando-a das recentes transformações no campo e do conseqüente aprofundamento nessa relação (SAUER, 2010).

Contas mais apertadas aguardam os agricultores ao final da safra 2004/2005. Com custos de produção superiores aos do ano passado e previsão de colheita mais cheia, o cenário que se desenha é preocupante para o produtor de soja, que inicia o plantio nos próximos dias (MARQUEZAN, 2004).

O texto coloca os agricultores em segundo plano, objetificando-os através do uso da voz passiva. Suas dificuldades são expressas pela metáfora do aperto de contas, o que suaviza a condição de dificuldade em que se encontram. A reportagem constrói seu argumento abordando

aspectos e mecanismos da relação entre o aumento dos custos de produção e as dificuldades enfrentadas pelos agricultores gaúchos, tomando-a como dada e excluindo da pauta o evidente conflito em torno das transformações provocadas pela introdução das técnicas de biotecnologia na agricultura gaúcha (VILADESAU, 2008; SAUER, 2010). O aumento dos custos de produção e a previsão de colheita mais cheia não podem servir como explicação para as dificuldades do ano de 2004 se não estiverem relacionados às recentes transformações das relações sociais na cadeia de produção da soja.

A rentabilidade da lavoura, que foi de 60% em média em 2003 e chegou a 40% neste ano, não deve passar de 20% no ano que vem, na análise do diretor técnico da corretora Safras e Mercado, Flávio Roberto de França Junior.

Isso porque os custos de produção da oleaginosa no último ano aumentaram cerca de 20%, enquanto o preço da saca de 60 quilos se mantém no mesmo patamar de um ano atrás – entre R\$ 32 e R\$ 38 –, sem descontar a inflação, segundo a Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul (Fecoagro) (MARQUEZAN, 2004).

Os dados e previsões do diretor técnico da corretora Safras e Mercado e da Fecoagro são expressos como verdade, em alto grau de afinidade. ‘Rentabilidade da lavoura’ e ‘custos de produção’ são tomados como o tema das orações, sendo processos favorecidos pela transitividade do texto. O discurso de ZH orienta-se pela construção de uma justificativa técnica para as dificuldades enfrentadas ao longo do ano 2004, o que pode ser observado (também) pela escolha e o papel dos agentes representados. ZH, ao dialogar dentro da ordem do discurso técnico, assume uma postura de suposta isenção política e ideológica fundada no que Sauer (2010) identifica como eficácia apolégica da funcionalidade técnica.

O diretor comercial da Cooperativa Triticola Mista do Alto Jacuí (Cotrijal), Irmfried Schmiedt, vai mais longe.

O analista de mercado Antonio Sartori, diretor da corretora Brasoja, sustenta que o preço atual da soja é o mais baixo dos últimos dois anos (MARQUEZAN, 2004).

Os discursos representos são articulados em um conjunto de frases afirmativas. As participações dos representados aparecem majoritariamente bem demarcadas. A transitividade e a modalidade do texto destacam ainda mais as participações dos representados (voz ativa e alta afinidade com as proposições apresentadas), cuja linguagem técnica é incorporada na construção seguinte, feita pelo autor:

Alie-se a isso a colheita nos Estados Unidos, que deve totalizar 77,2 milhões de toneladas de soja, e a perspectiva de produzir quase 10 milhões de toneladas no Rio Grande do Sul (ante 5,8 milhões de toneladas colhidas na última safra), e fica claro que a lei da oferta e da procura não permite projeções otimistas (MARQUEZAN, 2004).

Ao dissociar as transformações provocadas pelo aprofundamento do modelo de monocultivo da soja voltado para a exportação, atribuindo suas consequências a uma condição de mercado determinada pela lei da oferta e da procura, o discurso de ZH omite as contradições desse modelo e contribui para sua legitimação. Articula essa omissão através de pressuposições manipulativas que atribuem as dificuldades no campo a processos nominalizados que, assim, se tornam agentes em seu discurso. A lei da oferta e da procura, como categoria abstrata transformada em agente, é responsabilizada diretamente pelas projeções pessimistas para o ano. Nesse sentido, o papel de ZH na construção do consenso sobre a agricultura da soja é pautado pela supressão dos aspectos contraditórios da introdução das técnicas de biotecnologia nos cultivares da soja denunciados por Sauer (2010), Viladesau (2008), entre outros. Dentro de seu poder performativo formal, ZH anula simbolicamente esses aspectos ao excluí-los de sua agenda (MIZOCZKY e FERREIRA, 2005). Essa anulação, legitimada pela suposição da objetividade da ciência (SAUER, 2010), atua na construção de um discurso consensual sobre a monocultura da soja que sustenta e reproduz a dominação exercida pela classe social hegemônica (GRAMSCI, 2011). “- A única válvula de saída é a produtividade. Se houver quebra de safra, será desastroso – avisa França Júnior” (MARQUEZAN, 2004).

A legitimação da legalização da soja transgênica e seu conseqüente papel na construção de um consenso sobre a monocultura da soja não se dão apenas pela negação das contradições inerentes à atividade, mas também pelo argumento em prol do emprego da biotecnologia no campo. Nesse sentido, a representação da fala de França Júnior é emblemática: aponta o caminho a ser seguido pelos agricultores e, simultaneamente, destaca o principal critério técnico levantado em defesa dos OGMs - a produtividade. A modalidade é objetiva e extremamente afirmativa, o que é reforçado pelo uso da palavra ‘única’. Os termos ‘produtividade’ e ‘quebra de safra’ são nominalizados, mistificando a construção do argumento e colocando os processos de produção em questão em segundo plano. Nesse aspecto, o discurso de ZH é ainda mais evidente no Texto 2.

#### 4.1.2 ACD do Texto 2

### TEXTO 2

Zero Hora, 8 de setembro de 2005

#### **É preciso fazer teste de vigor e germinação**

A liberação de sementes de soja transgênica não-certificadas para a safra 2005/2006, ainda dependente de um decreto a ser assinado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva para que o produtor possa financiar o plantio, não encerra a polêmica. Mesmo em quantidade insuficiente para atender toda a área gaúcha a ser cultivada, as sementes certificadas têm o uso incentivado para a garantia da qualidade da safra.

Em razão da seca, o produto colhido este ano pelos agricultores - as chamadas sementes crioulas - corre o risco de não ter a qualidade esperada.

- A qualidade delas pode ter sido afetada pela estiagem, pode não ter força para emergir. O ideal seria que o agricultor comprasse semente certificada e reservasse pelo menos 15% de sua lavoura para ela - explica o gerente da Embrapa Transferência de Tecnologia, do escritório de negócios de Passo Fundo, Airton Lange.

Conforme Lange, caso o produtor decida cultivar com o que tem na propriedade, deve providenciar antes testes de vigor e germinação do material. Se o governo não liberasse as sementes caseiras, faltaria neste ano para o plantio financiado.

- É preciso organizar o sistema que se desmantelou. No passado, predominava a certificada, hoje representa só 5% - comenta Lange.

Certificadas cobririam apenas 15% do mercado. Apenas 15% do mercado poderá ser suprido com semente certificada na próxima safra, entre convencional e transgênica, de acordo com o presidente da Associação dos Produtores de Sementes, Mudanças e Comerciantes do Estado, Narciso Barizon Neto. O percentual pequeno se deve ao fato de o processo de produção de transgênicos ter sido permitido só no ano passado e à seca, que quebrou 72% da produção de soja no Estado. Barizon acredita que em 2007 será possível atender 100% da área.

- Esperamos que o agricultor entenda que a segurança dele está na compra de um produto legal, pelo menos de uma parte, para que ele possa reiniciar o processo da legalidade no Estado - diz.

Barizon alega que o temor agora com a liberação das caseiras é de que sobrem as certificadas.

Contra o agricultor, pesa o custo de comprar o produto. O quilo varia de R\$ 1,25 a R\$ 1,70.

- A semente transgênica que estava sendo usada pelos agricultores gaúchos foi criada para as condições climáticas e de sola da Argentina. Tudo indica que a desenvolvida pela pesquisa brasileira terá melhor potencial de produção - afirma o diretor técnico da Emater, Ricardo Schwarz.

O Texto 2 é publicado logo após a definitiva legalização da produção de sementes de soja transgênica em escala comercial. A pauta é o trâmite da liberação do plantio de sementes não certificadas produzidas pelos agricultores gaúchos a partir das variedades contrabandeadas da Argentina (ver introdução). A ACD do Texto 2 indica que ZH defende uma posição altamente alinhada com os interesses dos grandes proprietários de terra, e, especificamente, da Monsanto, empresa cuja variedade transgênica de soja havia obtido liberação e certificação para produção em escala comercial.

Mesmo em quantidade insuficiente para atender toda a área gaúcha a ser cultivada, as sementes certificadas têm o uso incentivado para a garantia da qualidade da safra.

Em razão da seca, o produto colhido este ano pelos agricultores - as chamadas sementes crioulas - corre o risco de não ter a qualidade esperada.

- A qualidade delas pode ter sido afetada pela estiagem, pode não ter força para emergir. O ideal seria que o agricultor comprasse semente certificada e reservasse pelo menos 15% de sua lavoura para ela - explica o gerente da Embrapa Transferência de Tecnologia, do escritório de negócios de Passo Fundo, Airton Lange (CASTRO, 2005).

O presente do indicativo (é) divide espaço com construções que utilizam verbos auxiliares modais e outros recursos linguísticos. A fala do gerente da Embrapa, por exemplo, apresenta uma construção interessante: o verbo 'pode' atua como um auxiliar modal, indicando uma possibilidade. À especulação levantada, sucede uma recomendação expressa a partir do futuro do pretérito (seria), combinado ao pretérito imperfeito do conjuntivo (reservasse). Mesmo que a fala seja extremamente especulativa, sua inserção se dá pela escolha do verbo 'explica'. O texto, claramente, mantém o diálogo dentro da ordem do discurso técnico, o que também é evidenciado pela escolha da linguagem e dos discursos representados.

'Qualidade' e 'produtividade' aparecem como nominalizações de destaque na construção do discurso do consenso sobre o agronegócio da soja em ZH. São pressupostas como características ou propriedades das sementes certificadas, produzidas pela Monsanto sempre que transgênicas. Dessa forma, as nominalizações 'qualidade' e 'produtividade' viram uma das bases da legitimação do modelo agrário exportador fundamentado no emprego da biotecnologia.

Os agricultores deixam a posição de objeto em que são retratados no primeiro texto e assumem o papel de agentes. Isso está associado ao tom prescritivo da matéria e não a um possível papel de destaque que lhes poderia ser concedido no argumento.

Conforme Lange, caso o produtor decida cultivar com o que tem na propriedade, deve providenciar antes [...].

- Esperamos que o agricultor entenda que a segurança dele está na compra de um produto legal pelo menos de uma parte, para que ele possa reiniciar o processo da legalidade no Estado – diz (CASTRO, 2005).

É através dessa construção, que dispõe o agricultor como um agente, que ZH realiza as recomendações em prol dos interesses das multinacionais do setor de biotecnologia. A disseminação das sementes não certificadas, inicialmente um propulsor dos interesses corporativos, tornava-se um entrave para a venda das sementes de propriedade das multinacionais do setor de biotecnologia. ZH posiciona-se claramente em prol dos interesses dessas multinacionais. A postura técnica, a centralidade das nominalizações e o alto grau de afinidade entre a voz de ZH e as articulações se mantêm, evidenciando a mesma tecnicização do discurso como um instrumento de legitimação da universalização da perspectiva adotada por ZH. A recomendação é retomar o processo de legalidade no estado a partir da compra de sementes transgênicas certificadas produzidas pela Monsanto.

O parágrafo destacado a seguir é uma evidência da forma como ZH articula o consenso em torno da monocultura da soja no RS e do posicionamento do veículo no contexto de legalização dos OGMs.

Apenas 15% do mercado poderá ser suprido com semente certificada na próxima safra, entre convencional e transgênica, de acordo com o presidente da Associação dos Produtores de Sementes, Mudas e Comerciantes do Estado, Narciso Barizon Neto. O percentual pequeno se deve ao fato de o processo de produção de transgênicos ter sido permitido só no ano passado e à seca, que quebrou 72% da produção de soja no Estado. Barizon acredita que em 2007 será possível atender 100% da área (CASTRO, 2005).

Novamente, o discurso de ZH desvincula o processo de legalização dos OGMs de suas consequências materiais e sociais. O percentual pequeno está relacionado a toda uma cadeia histórica de desdobramentos em torno da disputa pela legalização dos OGMs e não ao seu atraso. Ao pressupor o atraso, o discurso de ZH não apenas atribui o ônus da ilegalidade das sementes transgênicas ao próprio atraso, mas, também, reafirma uma construção metafórica identificada por Sauer (2010, p. 19). Essa construção realiza uma "oposição entre o urbano e moderno, de um lado, e o rural e atrasado, de outro". A ausência de verbos ou recursos modais que relativizem a

perspectiva do discurso de ZH é outro fator importante no trecho. As escolhas de voz também ajudam na construção do argumento: as orações tomam como agentes o mercado, o percentual pequeno (de sementes certificadas), e Barizon (representado) - colocando, em especial, o processo de legalização dos transgênicos em segundo plano.

O emprego da biotecnologia nas lavouras de soja gaúcha é justificado por uma construção discursiva que remete à ideia de modernização do campo. Essa construção omite os aspectos conservadores das transformações do setor agrícola, como a concentração da posse da terra e o aumento da dependência das importações (SAUER, 2001; VILADESAU, 2008), e articula um discurso técnico de caráter modernizador, centrado em nominalizações como qualidade e produtividade (ver FAIRCLOUGH, 2001 e as relações entre a ordem do discurso técnico e as nominalizações) - que aparecem sempre como uma propriedade das sementes transgênicas certificadas:

Mesmo em quantidade insuficiente para atender toda a área gaúcha a ser cultivada, as sementes certificadas têm o uso incentivado para a garantia da qualidade da safra.[...]

Em razão da seca, o produto colhido este ano pelos agricultores - as chamadas sementes crioulas - corre o risco de não ter a qualidade esperada. [...]

- A semente transgênica que estava sendo usada pelos agricultores gaúchos foi criada para as condições climáticas e de solo da Argentina. Tudo indica que a desenvolvida pela pesquisa brasileira terá melhor potencial de produção - afirma o diretor técnico da Emater, Ricardo Schwarz (CASTRO, 2005).

#### **4.1.3 Síntese da ACD dos textos 1 e 2**

A análise dos textos selecionados indica os principais recursos discursivos na atuação de ZH em prol da legalização dos OGMs. De um lado, a adoção de uma postura tecnicista que universaliza as perspectivas adotadas em um esforço para legitimar a construção de uma posição supostamente neutra e imparcial. Essa postura exclui aqueles que não dialogam com a ordem do discurso técnico, mistificando o discurso e possibilitando a omissão dos pressupostos políticos e ideológicos (FAIRCLOUGH, 2001). De outro, atua na construção de uma metáfora que opõe o urbano e moderno ao atrasado e rural em um discurso modernizador - vinculado a categorias como a 'produtividade' a 'segurança' e a 'qualidade' - que omite os aspectos conservadores dessa modernização, denunciados por Sauer (2010) e Viladesau (2008).



As evidências encontradas indicam que o papel de ZH durante o processo de legalização dos OGMs foi um dos pontos chave na articulação que sustentou (e sustenta) o equilíbrio das forças hegemônicas na construção de um consenso sobre a agricultura da soja no RS (segundo a concepção de GRAMSCI, 2006). Ou seja, a mídia corporativa teve um papel de destaque na consolidação dos interesses das multinacionais de biotecnologia e dos grandes proprietários de terra durante uma disputa cujo resultado possibilitou o aprofundamento e o avanço do modelo hegemônico de monocultura para exportação.

**Quadro 2 - Quadro síntese dos resultados referentes às categorias de análise obtidos na ACD dos textos 1 e 2**

<b>Categorias de Análise</b>	<b>Foco de análise</b>	<b>Síntese dos resultados</b>
Transitividade	Processos e participantes favorecidos:	Participantes de cargos técnicos amplamente favorecidos. Alta do petróleo e busca por produtividade são processos favorecidos pela transitividade.
	Escolhas de voz:	Predominantemente ativa para os representados.
	Importância das nominalizações:	Nominalizações como produtividade e qualidade são centrais na construção do argumento. Grande quantidade de nominalizações indica inserção dos textos na ordem do discurso técnico.
Modalidade	Grau de afinidade entre as proposições e a voz do texto:	Alto grau de afinidade. Predominância de frases afirmativas.
	Modalidades objetivas?	Sim.
Metáforas	Principais construções metafóricas:	Metáfora da modernização do campo e construção da contraposição do rural e atrasado ao moderno e urbano; metáfora do aperto de contas suavizando as dificuldades dos agricultores.
	Fatores ideológicos que determinam a utilização das metáforas:	Legitimação da legalização dos OGMs.
Representações Discursivas	Representações claramente demarcadas?	Predominantemente bem demarcadas.
	Voz dos representados é traduzida na voz do representador?	Não. A voz do representador se apropria da linguagem dos representados.
Pressuposições	Principais pressuposições:	Determinismo da relação entre o custo do petróleo e os custos das lavouras de soja; qualidade, segurança e produtividade como propriedades das sementes certificadas; atraso no processo de legalização dos OGMs.
	Pressuposições manipulativas?	Sim.

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 4.2 ZH E A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO DA MONOCULTURA DE SOJA NO RIO GRANDE DO SUL

Os textos 3 e 4 são referentes ao segundo ponto crítico estabelecido, que marca um segundo momento na sustentação ideológica do modelo agrário exportador na qual a soja é elevada ao papel de grande riqueza da economia gaúcha. Ambas as reportagens realçam o protagonismo do monocultivo da soja na economia. Já em uma primeira leitura dos textos 3 e 4, evidencia-se a continuidade da inserção do discurso de ZH na ordem do discurso técnico (FOUCAULT, 1970; FAIRCLOUGH, 2010). A abundância de frases compostas no presente do indicativo, a escolha dos representados e suas inserções afirmativas, o vocabulário e a grande quantidade de nominalizações ('rentabilidade', 'produtividade', 'lucratividade', entre outros), por exemplo, constituem claras evidências dessa afirmação. As relações dessa inserção foram dimensionadas na análise dos textos 1 e 2 (ver item 4.1).

A análise dos textos 3 e 4 privilegiou algumas das características da construção discursiva de ZH particulares ao momento histórico do segundo ponto crítico, no qual as bases legais para a expansão do agronegócio da soja no RS já se encontravam bem estabelecidas e a disputa girava em torno do significado atribuído a essa expansão. O teor tecnicista é paradoxalmente aliado a uma miríade de construções metafóricas que ocultam, ressignificam e transformam as relações contraditórias do agronegócio gaúcho nos textos 3 e 4.

### 4.2.1 ACD do Texto 3

#### TEXTO 3

Zero Hora, 14 de abril de 2015

#### **ESPECIAL SOJA: Maré dourada que avança fortalecida no Rio Grande do Sul Reportagem especial do Campo e Lavoura destaca a colheita da supersafra do grão**

Nas pequenas, médias e grandes propriedades rurais, a maré da soja avança pelo Rio Grande do Sul com força para movimentar R\$ 45,2 bilhões na economia neste ano. São 5,2 milhões de hectares cultivados em 412 municípios de todas as regiões, de Norte a Sul. O resultado é uma colheita recorde: quase 15 milhões de toneladas.

Na beira do asfalto, em áreas de coxilha e várzea, em solos arenosos e argilosos, nas pequenas, médias e grandes propriedades rurais. A maré da soja avança pelo Rio Grande do Sul com força para movimentar R\$ 45,2 bilhões na economia somente neste ano. São mais de 5 milhões de hectares cultivados em 412 municípios de todas as regiões, de Norte a Sul. Em uma safra beneficiada por chuva bem distribuída no verão, o resultado é a perspectiva de uma colheita recorde: quase 15 milhões de toneladas.

A nova supersafra de soja, que consolida o grão como principal motor do agronegócio, ganhou forma com o aumento da área cultivada no ciclo atual e diante do rendimento por hectare bem acima da média histórica. Lavouras que não tiveram problema com ferrugem asiática nem sofreram com falta de chuva no fim do ciclo alcançaram produtividade média superior a 70 sacas por hectare. No último recorde, no ano passado, o índice não passou de 45 sacas por hectare.

- Em muitas lavouras, a média colhida ficou acima da dos Estados Unidos. Com ajuda da tecnologia, é possível chegar a patamares ainda maiores – destaca Divânia de Lima, pesquisadora da Embrapa Soja.

Mais importante do que o rendimento é a lucratividade tirada das lavouras. Com o dólar quase 30% mais valorizado do que há seis meses, quando a safra foi semeada e os insumos, comprados, o produtor será beneficiado na hora de vender o grão, cujo preço é baseado na cotação da moeda americana.

– Mesmo com estoque gigante, a soja consegue se manter valorizada. A demanda pela commodity é muito grande e continuará crescendo puxada pelo aumento do consumo de carnes no mundo – projeta Carlos Cogo, consultor em agronegócio

### **Rentabilidade é diferencial**

A margem de lucro sobre o custo de produção nesta safra, de acordo com estudo da Carlos Cogo Consultoria Agroeconômica, será de 35% – o equivalente a 18,6 sacas por hectare. A rentabilidade é muito superior à dos parceiros de verão milho, arroz e feijão, o que faz a oleaginosa ser a primeira opção de plantio dos agricultores.

E o resultado das lavouras não se restringe aos limites da porteira. O dinheiro da produção reflete na indústria e nos serviços, desde a compra de carros e imóveis até o consumo de roupas e alimentos. A soja ocupa hoje mais da metade da área destinada a grãos no Estado e responde por praticamente a metade do volume colhido nas lavouras gaúchas ao longo do ano.

Na Metade Sul, por décadas caracterizada pela produção pecuária, a oleaginosa superou nesta safra, pela primeira vez, a área plantada de arroz – ocupou mais de 1 milhão de hectares de várzea e campo nativo, segundo a Emater.

Copiou-se o modelo de produção do Norte no Sul, e isso é temerário. O avanço não pode ser desordenado – alerta Alencar Rugeri, assistente técnico da Emater.

Histórias de pequenos, médios e grandes produtores mostram como a soja transformou propriedades com realidades distintas em negócios de sucesso, em que o uso da tecnologia não é ditado pelo tamanho da lavoura, mas pela profissionalização crescente da atividade.

Em áreas de 50, 500 ou mais de 7 mil hectares, agricultores desfazem mitos, quebram recordes e comprovam que o teto da produção agrícola e os lucros podem ir muito além. E, cada vez mais, embalados pela maré dourada da soja.

O título e a chamada do Texto 3 consistem em um rico material, composto por frases sempre afirmativas. O título traz uma construção metafórica complexa e elaborada.

ESPECIAL SOJA: Maré dourada que avança fortalecida no Rio Grande do Sul.

Reportagem especial do Campo e Lavoura destaca a colheita da supersafra do grão

Nas pequenas, médias e grandes propriedades rurais, a maré da soja avança pelo Rio Grande do Sul com força para movimentar R\$ 45,2 bilhões na economia neste ano. São 5,2 milhões de hectares cultivados em 412 municípios de todas as regiões, de Norte a Sul. O resultado é uma colheita recorde: quase 15 milhões de toneladas (COLUSSI, 2015a).

Ao tratar o avanço dos monocultivos de soja como uma 'maré dourada', ZH realiza uma metáfora de múltiplas dimensões interpretativas. O primeiro efeito é enaltecer a soja como riqueza gaúcha em uma alusão ao ouro (dourado) - construção que é reforçada pelos dados apresentados em alto grau de afinidade logo a seguir e potencializada pelo uso do termo (nominalização) 'supersafra'. A escolha de retratar o avanço do agronegócio como uma maré naturaliza esse avanço. A hegemonia das monoculturas de soja é retratada em alusão a um fenômeno natural, a uma contingência da natureza - as marés, que podem ser previstas e medidas, mas jamais controladas - e não como um estado de equilíbrio sujeito às constantes transformações na disputa de grupos sociais com interesses distintos.

Outra construção importante é a metáfora da unificação do estado através da expansão dos monocultivos de soja, cuja extensão ocupou mais de cinco milhões de hectares por todas as regiões do estado. Esse processo é ressignificado em uma construção metafórica que lhe atribuí um sentido de unidade dos interesses gaúchos. Essa suposta unidade de interesses no avanço da soja torna-se um pressuposto manipulativo que é amplamente reforçado logo a seguir:

Na beira do asfalto, em áreas de coxilha e várzea, em solos arenosos e argilosos, nas pequenas, médias e grandes propriedades rurais. A maré da soja avança pelo Rio Grande do Sul com força para movimentar R\$ 45,2 bilhões na economia somente neste ano. São mais de 5 milhões de hectares cultivados em 412 municípios de todas as regiões, de Norte a Sul (COLUSSI, 2015a).

O sentido de união é reiterado em quatro recortes distintos: as diferentes paisagens e condições do campo gaúcho, as diferentes áreas das propriedades rurais em sua classificação legal (pequenas, médias e grandes), o número de municípios que contam com a presença dos monocultivos, e as diferentes localizações geográficas (Norte a Sul, em um sentido de totalidade). Trata-se de um esforço exaustivo na construção de um significado de unificação de interesses do estado em torno do agronegócio da soja. ZH contrapõe, suprime e ressignifica as contradições do processo de expansão do agronegócio da soja, amplamente veiculadas em um momento de acirramento de denúncias sobre seus impactos negativos. Nessa construção simbólica do mundo, ZH atua na manutenção do equilíbrio hegemônico e na legitimação das relações de produção no campo.

A nova supersafra de soja, que consolida o grão como principal motor do agronegócio, ganhou forma com o aumento da área cultivada no ciclo atual e diante do rendimento por hectare bem acima da média histórica. Lavouras que não tiveram problema com ferrugem asiática nem sofreram com falta de chuva no fim do ciclo alcançaram produtividade média superior a 70 sacas por hectare. No último recorde, no ano passado, o índice não passou de 45 sacas por hectare (COLUSSI, 2015a).

O texto tem sua continuação voltada para o enaltecimento da produtividade da soja, tratada como o principal 'motor' do agronegócio. Nota-se a escolha por uma modalidade bastante objetiva e o alto grau de afinidade entre as proposições e a voz do texto. Em uma construção metafórica realizada em tom afirmativo, traz a ressignificação da soja como um promotor do avanço e do progresso no campo gaúcho (SAUER, 2010) - inserindo-se, sutilmente, na construção que opõe o moderno e urbano ao rural e atrasado já discutida. A grande quantidade de soja produzida no estado em 2015 é nominalizada no termo 'supersafra', em uma clara intenção de ressignificar o processo com o auxílio da transitividade. A explicação do discurso de ZH para essa produção massiva, ainda que contemple um breve comentário sobre o aumento das áreas cultivadas, destaca o rendimento por hectare (produtividade) como principal responsável, na sequência do argumento. Mesmo que o aumento da área cultivada seja amplamente utilizado na construção metafórica da unificação do campo gaúcho, o fenômeno não é explorado em sua relação com o aumento da produção bruta de soja. Ao contrário, o texto segue trazendo dados sobre o aumento de produtividade nas lavouras e sua relação com o crescente emprego de tecnologia:

- Em muitas lavouras, a média colhida ficou acima da dos Estados Unidos. Com ajuda da tecnologia, é possível chegar a patamares ainda maiores – destaca Divânia de Lima, pesquisadora da Embrapa Soja.

Mais importante do que o rendimento é a lucratividade tirada das lavouras. Com o dólar quase 30% mais valorizado do que há seis meses, quando a safra foi semeada e os insumos, comprados, o produtor será beneficiado na hora de vender o grão, cujo preço é baseado na cotação da moeda americana (COLUSSI, 2015a).

A inserção da fala da pesquisadora é realizada em voz ativa e com alto grau de afinidade, o que é reforçado pela escolha do termo 'destaca' e pela modalidade objetiva de sua inserção no texto. Sua fala exalta o emprego da tecnologia, apontando para a possibilidade de níveis maiores de produção da soja no estado. A lucratividade das lavouras é nominalizada e retratada em voz ativa. Ao explorar a relação entre a grande quantidade de soja produzida e o emprego de tecnologia nas lavouras, em detrimento da relação entre a área ocupada e essa quantidade, ZH atende aos interesses das multinacionais e dos grandes proprietários de terra, legitimando o emprego massivo de tecnologia e omitindo suas consequências controversas. Nesse sentido, atua na construção de um consenso que sustenta, naturaliza e legitima a expansão do modelo de produção hegemônico pautado no crescente emprego de biotecnologia.

A margem de lucro sobre o custo de produção nesta safra, de acordo com estudo da Carlos Cogo Consultoria Agroeconômica, será de 35% – o equivalente a 18,6 sacas por hectare. A rentabilidade é muito superior à dos parceiros de verão milho, arroz e feijão, o que faz a oleaginosa ser a primeira opção de plantio dos agricultores (COLUSSI, 2015a).

O texto segue em um discurso extremamente afirmativo, em tom de verdade. Pressupõe que a adesão dos produtores gaúchos às lavouras de soja é uma consequência das taxas de lucratividade da cultura do grão. Ao nominalizar a 'rentabilidade', retrata-a como uma característica particular dos monocultivos da soja. Na verdade, a rentabilidade das lavouras de soja é uma condição particular de um arranjo social de produção, potencializada pelos incentivos concedidos à cadeia de produção do agronegócio e sujeita a alterações significativas. Nesse sentido, o discurso da mídia corporativa atua de forma a desvincular o avanço do monocultivo da soja de seus pressupostos políticos e sociais (SAUER, 2010). Mais do que isso, para que possa reafirmar a construção metafórica da unidade no campo gaúcho, o discurso da mídia atribui ao avanço do agronegócio uma melhoria nas condições de vida dos gaúchos:

E o resultado das lavouras não se restringe aos limites da porteira. O dinheiro da produção reflete na indústria e nos serviços, desde a compra de carros e imóveis até o consumo de roupas e alimentos. A soja ocupa hoje mais da metade da área destinada a grãos no Estado e responde por praticamente a metade do volume colhido nas lavouras gaúchas ao longo do ano (COLUSSI, 2015a).

O alto grau de afinidade é reforçado pela modalidade objetiva, com a ausência de recursos linguísticos que sirvam como auxiliares modais. A voz retrata a soja de modo ativo, 'respondendo'

por metade do volume colhido nas lavouras gaúchas em 2015, naturalizando o processo de expansão de seus monocultivos. Ao utilizar a metáfora dos 'limites da porteira', o discurso de ZH constrói uma metáfora que simboliza a repartição dos ganhos do agronegócio, passando a ideia de que a riqueza produzida nos monocultivos se espalha livremente. Nesse sentido, reforça a construção metafórica que simboliza a união dos gaúchos a respeito do avanço do agronegócio da soja. A partir disso, adota como pressuposto uma universalização das vantagens e benefícios do agronegócio. O trecho final do texto é mais um esforço na construção dessa metáfora:

Histórias de pequenos, médios e grandes produtores mostram como a soja transformou propriedades com realidades distintas em negócios de sucesso, em que o uso da tecnologia não é ditado pelo tamanho da lavoura, mas pela profissionalização crescente da atividade (COLUSSI, 2015a).

Ao significar as transformações no campo pelo uso do termo (nominalização) 'profissionalização', o discurso de ZH se posiciona de forma a naturalizar e legitimar um modelo de produção agrícola pautado no uso deliberado de produtos químicos, na produção em grandes extensões de terra, e no emprego crescente da biotecnologia. A 'profissionalização', nesse âmbito, não atende aos interesses dos trabalhadores rurais, tal como se poderia supor, mas, sim, aos interesses de grupos sociais hegemônicos.

É somente ao final do texto que os agricultores são retratados em voz ativa. Finalmente elevados a protagonistas no discurso de ZH, os agricultores gaúchos são unificados pela construção de um senso de coletividade em torno da 'maré dourada da soja'. “Em áreas de 50, 500 ou mais de 7 mil hectares, agricultores desfazem mitos, quebram recordes e comprovam que o teto da produção agrícola e os lucros podem ir muito além. E, cada vez mais, embalados pela maré dourada da soja” (COLUSSI, 2015a). Partindo dessa construção, as evidências encontradas indicam que o discurso da mídia corporativa suprime e omite as consequências sociais regressivas do modelo hegemônico de produção agrícola no estado, como a concentração da posse da terra, o monopólio do fornecimento de sementes, e a alta dependência de importações (VILADESAU, 2008; SAUER, 2010; CARNEIRO et al., 2015). O termo ‘cada vez mais’ atua como um auxiliar de modo, indicando um alto grau de afinidade e, ainda, pressupondo uma ampliação da adesão de agricultores gaúchos ao monocultivo da soja. Reforçam, assim, as bases que sustentam e legitimam o equilíbrio hegemônico em torno da expansão do agronegócio da soja no estado.

#### 4.2.2 ACD do Texto 4

### TEXTO 4

Zero Hora, 14 de abril de 2005

#### **ESPECIAL SOJA: Família unida pela força do grão**

Reportagem especial do Campo e Lavoura destaca a colheita da supersafra do grão

Rosemar Roesler, 50 anos, tem todos os três filhos a seu lado na lavoura em Boa Vista do Ingra, no noroeste do Estado. O mais jovem, Ricardo, 15 anos, estuda em um turno e, no outro, trabalha na propriedade, onde aprendeu a operar máquinas e equipamentos com a ajuda do irmão Renan, 23 anos. A filha mais velha, Rosana, 26 anos, cursa Farmácia em Cruz Alta e ajuda o marido Felipe Ludwig, 29 anos, que também trabalha com a família Roesler.

Com 500 hectares da oleaginosa cultivados em Boa Vista do Ingra, em parceria com um investidor, o agricultor colheu uma produção nunca antes vista:

– A média ficou acima de 70 sacas por hectare (no Estado, a estimativa é de 47,5). São Pedro foi muito bom para a agricultura.

Com investimento de R\$ 2,2 mil por hectare, o equivalente a 35 sacas de soja, Roesler vendeu 30% da safra antecipadamente, para garantir bons preços. Nos contratos fechados em 2014, o valor da saca variou de R\$ 63 a R\$ 67 – acima da cotação média divulgada pela Emater na semana passada, de R\$ 62,97.

A maior colheita da família, até então, tinha sido a de 2010/2011, quando o rendimento beirou 65 sacas por hectare. Mas o resultado recorde não é só fruto da generosidade de São Pedro.

Nos últimos cinco anos, a frota de colheitadeiras, tratores, plantadeiras e pulverizadores foi totalmente renovada por meio de financiamento agrícola. No mesmo período, o produtor passou a investir em agricultura de precisão, com análise das características do solo e controle da aplicação de fertilizantes e defensivos.

– Temos cuidado e capricho em tudo o que fazemos, desde a escolha da semente até o último minuto antes de colher – conta.

A produtividade alcançada neste ano nem de longe lembra as médias alcançadas há pouco mais de uma década, quando Roesler cultivava um terço da área atual. Na época, colher acima de 40 sacas por hectare era comemorado.

– Aliado às condições climáticas ideais para o desenvolvimento das lavouras, tem-se o sistema de plantio direto e altas aplicações de tecnologia, que vão do uso de variedades adaptadas localmente, acompanhamento da fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças – destaca Divânia de Lima, pesquisadora da Embrapa Soja que atua na área de transferência de tecnologia.



A cada ano, o potencial produtivo das lavouras aumenta com o lançamento de novas cultivares por institutos de pesquisa.

– Podemos chegar a patamares ainda maiores, mas isso vai depender da adoção de tecnologia, combinada com boas condições climáticas – diz a pesquisadora.

O Texto 4 eleva o agricultor, personificado através da representação da família Roesler, ao papel de protagonista. A narrativa reforça as estratégias de construção do consenso do discurso de ZH do Texto 3: a inserção do texto na ordem do discurso técnico (FAIRCLOUGH, 2001), a construção metafórica de um sentido de união dos interesses em torno dos monocultivos de soja, e o retrato da soja como principal riqueza do campo. O título e o início da reportagem ilustram essa afirmação:

ESPECIAL SOJA: Família unida pela força do grão

Reportagem especial do Campo e Lavoura destaca a colheita da supersafra do grão

Rosemar Roesler, 50 anos, tem todos os três filhos a seu lado na lavoura em Boa Vista do Inera, no noroeste do Estado. O mais jovem, Ricardo, 15 anos, estuda em um turno e, no outro, trabalha na propriedade, onde aprendeu a operar máquinas e equipamentos com a ajuda do irmão Renan, 23 anos. A filha mais velha, Rosana, 26 anos, cursa Farmácia em Cruz Alta e ajuda o marido Felipe Ludwig, 29 anos, que também trabalha com a família Roesler (COLUSSI, 2015b).

A escolha da família como unidade de representação discursiva é emblemática. Seu primeiro efeito é harmonizar as controvérsias entre a agricultura familiar e os interesses do agronegócio. Soma-se ao esforço discursivo do Texto 3, em uma construção que desvincula a expansão do modelo hegemônico do contexto da propriedade da terra em que se insere. Ou seja, ao escolher a família como unidade de representação, ao equiparar a rentabilidade de pequenas e grandes propriedades de terra, o discurso de ZH cumpre o papel de negação e de mitificação das controvérsias sociais do modelo agrário exportador relacionadas à concentração da posse da terra. Trata-se de uma construção discursiva estratégica de combate às denúncias das controvérsias sociais do processo de expansão da soja, que procura dissociar a resistência ao modelo hegemônico de produção agrícola do processo histórico de luta pela propriedade da terra.

O tema central do texto segue sendo a alta produtividade das lavouras gaúchas e suas supostas relações de causa e efeito. Os trechos destacados abaixo são evidências dessa afirmação e momentos nos quais a produtividade é exaltada.

Com 500 hectares de oleaginosas cultivados em Boa Vista do Incra, em parceria com um investidor, o agricultor colheu uma produção nunca antes vista:

A maior colheita da família, até então, tinha sido a de 2010/2011, quando o rendimento beirou 65 sacas por hectare.

A produtividade alcançada neste ano nem de longe lembra as médias alcançadas há pouco mais de uma década, quando Roesler cultivava um terço da área atual. Na época, colher acima de 40 sacas por hectare era comemorado.

A cada ano, o potencial produtivo das lavouras aumenta com o lançamento de novas cultivares por institutos de pesquisa (COLUSSI, 2015b).

O destaque à produtividade é concedido através de um conjunto de recursos textuais e linguísticos. A modalidade indica alto grau de afinidade entre a voz do texto e as proposições expostas, que são universalizadas pela ausência de auxiliares modais que relativizem as afirmações do texto. Ao tratar a produtividade em voz ativa, o texto põe o processo de aumento da produção de soja em segundo plano, favorecendo a rede de explicações que tece ao longo do argumento e omitindo a relação entre o aumento da área de cultivo da soja e sua relação com o aumento de produção bruta do grão no estado. Assim, naturaliza o pressuposto que assume ao relacionar o aumento do potencial produtivo ao lançamento de novas cultivares de soja por institutos de pesquisa. O discurso de ZH enaltece o crescente emprego da tecnologia detida por um pequeno grupo de empresas multinacionais nas lavouras de soja, omitindo os aspectos contraditórios dessa prática. A escolha de voz auxilia essa construção, na medida em que retrata o potencial produtivo em voz ativa; e os institutos de pesquisa, retratados em voz passiva, passam quase despercebidos.

Ao elevar o agricultor ao papel de protagonista da reportagem, porém, ZH obriga-se a representar um grupo social que não dialoga na ordem do discurso técnico. Nesse sentido, o discurso da mídia corporativa traduz as representações discursivas dos trabalhadores para a voz do discurso representador, afastando-se e, quando preciso, contrapondo-se às falas desses agentes. O recorte abaixo ilustra essa situação:

– A média ficou acima de 70 sacas por hectare (no Estado, a estimativa é de 47,5). São Pedro foi muito bom para a agricultura. [...]

Mas o resultado recorde não é só fruto da generosidade de São Pedro.

Nos últimos cinco anos, a frota de colheitadeiras, tratores, plantadeiras e pulverizadores foi totalmente renovada por meio de financiamento agrícola. No mesmo período, o produtor passou a investir em agricultura de precisão, com análise das características do solo e controle da aplicação de fertilizantes e defensivos.

– Temos cuidado e capricho em tudo o que fazemos, desde a escolha da semente até o último minuto antes de colher – conta.

A produtividade alcançada neste ano nem de longe lembra as médias alcançadas há pouco mais de uma década, quando Roesler cultivava um terço da área atual. Na época, colher

acima de 40 sacas por hectare era comemorado.

– Aliado às condições climáticas ideais para o desenvolvimento das lavouras, tem-se o sistema de plantio direto e altas aplicações de tecnologia, que vão do uso de variedades adaptadas localmente, acompanhamento da fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças – destaca Divânia de Lima, pesquisadora da Embrapa Soja que atua na área de transferência de tecnologia (COLUSSI, 2015b).

O agricultor atribui a produtividade da lavoura às condições climáticas favoráveis no ano de 2015. Em sua construção discursiva, ZH se afasta dessa afirmação, utilizando uma modalidade negativa (‘não é só’) e exaltando novamente a relação entre a produtividade e o emprego de tecnologia. Com esse intuito, exalta a renovação da frota dos produtores, permitida pela concessão de financiamento agrícola; a introdução das técnicas de agricultura de precisão; e o emprego de fertilizantes e agrotóxicos (retratados como defensivos). A inserção da segunda fala do agricultor no trecho parece estar descontextualizada. Da forma como é colocado, o discurso do agricultor serve como um argumento que se contrapõe à sua própria inserção anterior. Observa-se que esse efeito é potencializado pelo uso de frases afirmativas, modalidades objetivas, e pela transitividade do texto – as nominalizações, especialmente a produtividade das lavouras de soja, seguem com um papel central na construção do discurso de ZH.

#### **4.2.3 Síntese da ACD dos textos 3 e 4**

Uma análise conjunta dos textos 3 e 4 evidencia alguns dos principais recursos textuais e discursivos da mídia corporativa na construção do consenso sobre a agricultura da soja no Rio Grande do Sul. Em um contexto de estabilidade na expansão dos monocultivos de soja no estado, atua de forma a ressignificar a atividade, legitimando e exaltando sua expansão. Nessa nova fase da disputa hegemônica pelo modelo de produção no campo, para além da introdução do discurso na ordem do discurso técnico e da omissão dos aspectos conservadores da modernização do campo já observados na análise do primeiro ponto crítico e identificados por autores que servem de referência para esse trabalho (VILADESAU, 2008; SAUER, 2010), o discurso da mídia corporativa é pautado na exaltação da soja como a grande riqueza gaúcha e na construção de um sentido de unidade promovido pelo avanço da monocultura de soja no estado, que suprime e desvincula o papel da luta pela terra como lócus de articulação da resistência ao modelo hegemônico.

Dessa forma, a mídia corporativa parece estabelecer um discurso consensual que exclui uma grande parte da população do diálogo, mistifica seus argumentos, antepõe o progresso e o urbano ao atraso e o rural, considera a soja como a grande riqueza do território gaúcho, exalta a produtividade como uma propriedade do modelo de produção hegemônico da soja, em si, e promove uma suposta união dos interesses que excluí e omite a relação de afinidade entre a luta pela terra e a resistência ao modelo agrário monocultor. É através de uma construção textual feita com pressupostos de natureza manipulativa que o discurso de construção do consenso sobre a monocultura de soja suprime os focos de resistência, se sobrepõe àqueles que denunciam as controvérsias sociais, ambientais e para a saúde humana do arranjo monocultor voltado para a exportação, e sustenta ideologicamente o equilíbrio hegemônico em torno da expansão da soja no RS.

**Quadro 3 - Quadro síntese dos resultados referentes às categorias de análise obtidos na ACD dos textos 3 e 4**

<b>Categorias de Análise</b>	<b>Foco de análise</b>	<b>Síntese dos resultados</b>
Transitividade	Processos e participantes favorecidos:	Participantes de cargos técnicos e família de agricultores, como unidade de representação, favorecidos. Aumento da produtividade e da rentabilidade das lavouras são processos favorecidos.
	Escolhas de voz:	Predominantemente ativa para os representados. Produtividade e qualidade aparecem majoritariamente em voz ativa.
	Importância das nominalizações:	Nominalizações são centrais na construção do argumento. Alto número de nominalizações indica inserção dos textos na ordem do discurso técnico.
Modalidade	Grau de afinidade entre as proposições e a voz do texto:	Alto grau de afinidade com as proposições técnicas. Afinidade negativa com a proposição do membro da família de agricultores. Predominância de frases afirmativas.
	Modalidades objetivas?	Sim.
Metáforas	Principais construções metafóricas:	Metáforas do ouro; do avanço da soja como maré; da unificação dos interesses dos gaúchos; e do avanço das monoculturas da soja como progresso.
	Fatores ideológicos que determinam a utilização das metáforas:	Legitimação da expansão das monoculturas de soja no RS.
Representações Discursivas	Representações claramente demarcadas?	Predominantemente bem demarcadas.
	Voz dos representados é traduzida na voz do representador?	Não. A exceção é a participação da família Roesler, cujo discurso é traduzido na voz do discurso representador.
Pressuposições	Principais pressuposições:	Relação entre o emprego da tecnologia e o aumento da produção; repartição dos benefícios do avanço do agronegócio entre os diferentes setores e camadas da sociedade; equiparação dos resultados em pequenas e grandes propriedades.
	Pressuposições manipulativas?	Sim.

Fonte: Elaborado pelo autor.

## CONCLUSÕES

Ao retormar as reportagens de ZH analisadas por esse estudo, se nota que, independentemente do contexto e da intertextualidade, a posição em defesa do modelo de monocultura da soja voltada à exportação se mantém. Essa posição é reforçada sempre que existem instâncias nas quais os interesses hegemônicos encontram maiores focos de resistência, em um esforço para legitimar a implementação ou a manutenção da monocultura e do agronegócio.

O discurso da mídia corporativa resignifica o avanço dos monocultivos de soja no RS como sinônimo de progresso, de riqueza, de modernização e profissionalização da atividade do campo, atribuindo um sentido de unificação dos interesses de todos os gaúchos nesse processo. Nesse sentido, as posições contrárias ao agronegócio, os focos de resistência que ameaçam o equilíbrio hegemônico que consolida o avanço do modelo, são excluídas do diálogo, suprimidas, negadas, contrapostas, ou, ainda, tomadas como posições retrógradas e ultrapassadas.

Dessa maneira, a mídia corporativa atua atendendo aos interesses dos grandes produtores de terra e das empresas multinacionais detentoras do conhecimento na área da biotecnologia, legitimando as decisões dos órgãos técnicos, como a CTNBio e a ANVISA, em prol do modelo hegemônico e as instâncias de incentivo concedidas pelo Governo Federal. Cumpre, portanto, um importante papel como AIE, sendo peça fundamental na construção do equilíbrio que possibilita a presença e a expansão do agronegócio da soja no estado.

O estudo realizado explicita alguns dos mecanismos textuais e discursivos utilizados na construção do consenso sobre a monocultura da soja no RS, sintetizados nos Quadros 2 e 3, relacionando-os ao papel que a mídia corporativa assume. Essa construção, porém, não pode ser desvinculada de seu contexto mais amplo. Nesse âmbito, é preciso considerar a dinâmica global do capitalismo, que impõe a países como o Brasil o papel de exportador de *commodities*.

Dessa forma, a análise da construção do consenso do agronegócio precisa ser relacionada a uma explicação teórica que contextualize e dimensione as relações de dependência dos países periféricos e que ofereça um aporte conceitual para a articulação dos focos de resistência ao modelo hegemônico, inseridos em um contexto de luta pela propriedade da terra. Partindo dessa afirmação, em próximos estudos, seria recomendável considerar a construção do consenso do agronegócio da soja no RS à luz da Teoria Marxista da Dependência (MARINI, 2008), em um esforço na busca

por uma explicação que relacione a construção desse consenso ao seu contexto mais amplo e à dinâmica das relações do capitalismo em âmbito global.

Por fim, é preciso ressaltar que o trabalho considerou apenas as dimensões macro e micro da Análise Crítica de Discurso, não realizando a análise da dimensão da prática social. Para Fairclough (2001) as três dimensões estão dialeticamente relacionadas e não podem ser dissociadas. A ausência dessa terceira dimensão analítica é a principal limitação do trabalho. A análise profunda realizada em duas dimensões e o diálogo realizado com a teoria da hegemonia em Gramsci (2006) procuram minimizar os efeitos dessa limitação.

## REFERÊNCIAS

BERGER, C. **Campos de confronto: jornalismo e movimentos sociais – as relações entre o Movimento sem Terra e a Zero Hora**, 1996. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação da USP, São Paulo, 1996. Disponível em: <[http://www.bocc.uff.br/pag/\\_texto.php?html2=berger-christa-campos-0.html](http://www.bocc.uff.br/pag/_texto.php?html2=berger-christa-campos-0.html)>. Acesso em: 10 out. 2015.

BRASIL, Lei nº 11.05, 25 de março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 mar. 2005.

BRASIL. Lei n. 12.593 de 18 de Janeiro de 2012. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jan. 2012.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Companhia Nacional de Abastecimento. **Séries Históricas: Soja**, 2015a. Disponível em: <[http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2&Pagina\\_objcmsconteudos=3#A\\_objcmsconteudos](http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2&Pagina_objcmsconteudos=3#A_objcmsconteudos)>. Acesso em: 04 abr. 2015.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento. **Soja**. Culturas. 2015b. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/soja>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

CARNEIRO, F. F. et. al. (Org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: <[http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco\\_2015\\_web.pdf](http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf)>. Acesso em: 1º de maio de 2015.

CASTRO, S. de. É preciso fazer testes de vigor e germinação. **Zero Hora On-line**, Porto Alegre, 8 set. 2005. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especiais/jsp/default.jsp?newsID=a220015.htm&template=3837.dwt&section=Not%EDcias&espId=22>>. Acesso em: 17 set. 2015.

COCKAYNE, M. **Applying the Sinclair and Coulthard model of discourse analysis to a student-centered EFL classroom** [postgraduate program]. Centre of English Language Studies, 2010. Disponível em: <<http://www.birmingham.ac.uk/documents/college-artslaw/cels/essays/csdp/essaybankmod4cockayne.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2015.

COLUSSI, J. Família unida pela força do grão. **Zero Hora On-line**, Porto Alegre, 14 abr. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia/2015/04/especial-soja-familia-unida-pela-forca-do-grao-4739726.html>>. Acesso em: 2 nov. 2015a.



\_\_\_\_\_. Maré dourada que avança fortalecida no Rio Grande do Sul. **Zero Hora On-line**, Porto Alegre, 14 abr. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia/2015/04/especial-soja-mare-dourada-que-avanca-fortalecida-no-rio-grande-do-sul-4739721.html>>. Acesso em: 2 nov. 2015b.

FARINA, E. Safra recorde de soja anima a economia, mas risco de seca inspira Rio Grande do Sul a buscar novas vocações. **Zero Hora On-line**, Porto Alegre, 22 set. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2013/09/safra-recorde-de-soja-anima-economia-mas-risco-de-seca-inspira-o-rio-grande-do-sul-a-buscar-novas-vocacoes-4276367.html>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. Londres: Longman, 1995.

\_\_\_\_\_. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FELIPPI, A. C. T. **Jornalismo e identidade cultural: construção da identidade gaúcha em Zero Hora**. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Faculdade dos Meios de Comunicação Social da PUCRS, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 02 dez. 1970. Ed. Coletivo Sabotagem.

GOMES, D. C. A. **A (des)institucionalização da loucura no Rio Grande do Sul: fontes em Zero Hora**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/des%20institucionalizacao%20da%20loucura.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 6.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 3.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. New York: Hodder Education, 2004.

\_\_\_\_\_. Language as social semiotic. In: ANGERMULLER, J.; MAINGUENEAU, D.; WODAK, RUTH. **The Discourse Studies Reader: main currents in theory and analysis**. Amsterdam: John Benjamin Publishing Co., 2014. p. 263-272.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 2003. Disponível em: <<https://www.academia.edu/4911157/Luiz-A-Marcuschi-Analise-da-Conversacao>>. Acesso em: 22 maio 2015.

MARQUEZAN, I. Alta do petróleo encarece lavoura de soja no Rio Grande do Sul. **Zero Hora On-line**, Porto Alegre, 8 out. 2004. Disponível em:

<<http://www.clicrbs.com.br/especiais/jsp/default.jsp?newsID=a691220.htm&template=3847.dwt&section=Not%EDcias&espid=22>>. Acesso em: 21 set. 2015.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Em publicação América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales, Ruy Mauro Marini. Bogotá: Siglo del Hombre – CLACSO, 2008.

MEKONNEN, M. M.; HOEKSTRA, A. Y. The green, blue and grey water footprint of crops and derived crop products. *Hydrol. Earth Syst. Sci.*, v. 15, p. 1577-1600, 2011. Disponível em: <<http://www.waterfootprint.org/Reports/Mekonnen-Hoekstra-2011-WaterFootprintCrops.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2015.

MENTEN, José Otavio. **Liderança em tecnologia fitossanitária**. São Paulo: Associação Nacional de Defesa Vegetal, 2009. (Mimeo).

MISOCZKY, M. C.; FERREIRA, C. S. A construção simbólica da definição de governar e de governador realizada pelo jornal Zero Hora nas três últimas eleições gaúchas. **Cad. EBAPE.Br**, Rio de Janeiro, v. 3 n. 4, dez. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/4943>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

MOREIRA, J. C. et al. Contaminação de águas superficiais e de chuva por agrotóxicos em uma região do estado do Mato Grosso. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1557-1568, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v17n6/v17n6a19.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

MOREIRA, T. M. **Análise crítica de gêneros de popularização da ciência da área de informática no jornal Zero Hora (2009)**. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Santa Maria, 2012. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/desireemroth/images/admin/teses/tese\\_tania.pdf](http://w3.ufsm.br/desireemroth/images/admin/teses/tese_tania.pdf)>. Acesso em: 04 jan. 2016.

ORTIZ, F. Um terço dos alimentos consumidos por brasileiros está contaminado por agrotóxicos. **Uol Notícias**, Rio de Janeiro, 1 maio 2012. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2012/05/01/um-terco-dos-alimentos-consumidos-pelos-brasileiros-esta-contaminado-por-agrotoxicos.htm>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

O VENENO está na mesa. Direção: Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban Cinema e Conteúdo, 2011. (50 min). Vídeo disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=cbVGl62C0Jw>>. Acesso em: 26 dez. 2015

PALMA, Danielly Cristina de Andrade. **Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT**, 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2008.

Disponível em:

<<http://www.ufmt.br/ppgsc/arquivos/857ae0a5ab2be9135cd279c8ad4d4e61.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

PARA CEPEA, agronegócio ainda suporta economia em 2015. **Associação Brasileira do Agronegócio** On-line, São Paulo, dez. 2014. Disponível em:

<[http://www.abag.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=578:para-cepea-agronegocio-ainda-suporta-economia-em-2015&catid=15&Itemid=241](http://www.abag.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=578:para-cepea-agronegocio-ainda-suporta-economia-em-2015&catid=15&Itemid=241)>. Acesso em: 01 abr. 2015.

PELWING, A. B.; FRANK, L. B.; BARROS, I. I. B. Sementes crioulas: o estado da arte no Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 46, n. 2, abr./jun. 2008.

PEREIRA, I. M. **Peter Drucker e a legitimação do capitalismo tardio**: uma análise crítica de discurso. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5921>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

PEREIRA, I. M.; MISOCZKY, M. C. Peter Drucker e a legitimação do capitalismo tardio: uma análise crítica de discurso. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Recife, v. 5, n. 3, p. [260]-283, set./dez. 2007.

PIGNATI, W. A; MACHADO, J. M. H. O agronegócio e seus impactos na saúde dos trabalhadores e população do estado de Mato Grosso. In: \_\_\_\_\_. **Os riscos, agravos e vigilância em saúde no espaço de desenvolvimento do agronegócio no Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Ciências na área de Saúde Coletiva) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007. p. 81-105.

POTTER, J.; EDWARDS, D; WETHERELL, M. A model of discourse in action. **American Behavioral Scientist**, New York, v. 36, n. 3, p. 383-401, 1993. Disponível em:

<<https://dspace.lboro.ac.uk/dspace-jspui/bitstream/2134/9427/6/Potter%20et%20al%20-%20A%20model%20of%20Discourse%20in%20Action%20ABS%201993.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2015.

RIBEIRO, I.G.; MARÍN, V. A. A falta de informação sobre os organismos geneticamente modificados no Brasil. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 359-368, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n2/a10v17n2.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul: Soja**. 2014. Disponível em:

<[http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conteudo.asp?cod\\_menu\\_filho=819&cod\\_menu=817&tipo\\_menu=ECONOMIA&cod\\_conteudo=1488](http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu_filho=819&cod_menu=817&tipo_menu=ECONOMIA&cod_conteudo=1488)>. Acesso em: 25 dez. 2015.

SAUER, S. **Terra e modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAVANACHI, Eduardo. O peso dos impostos. **Dinheiro Rural**, São Paulo, fev. 2008, nº 40. Disponível em: <<http://revistadinheiorural.terra.com.br/secao/agrofinancas/o-peso-dos-impostos>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

SILVEIRA, J. M. F. J.; BORGES, I. C.; BUAINAIN, A. M. Biotecnologia e agricultura: da ciência e tecnologia aos impactos da inovação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 2, p.101-114, abr./jun. 2005.

SOJA EM GRÃO supera vendas de minério de ferro e lidera exportação do Brasil. **Notícias Agrícolas**, São Paulo, 29 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/141542-soja-em-graos-supera-vendas-de-minerio-de-ferro-e-lidera-exportacao-do-brasil.html#.VnPIKvkrLIU>>. Acesso em: 19 out. 2014.

THUSWOHL, M. Grupo de seis empresas controla mercado global de transgênicos. **Epoch Times**, Brasil, 13 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.epochtimes.com.br/grupo-seis-empresas-controla-mercado-global-transgenicos>>. Acesso em: 15 jul. 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA). **Relatório PIBAgro-Brasil**. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea\\_PIB\\_BR\\_dez14.pdf](http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_PIB_BR_dez14.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA). **PIB do Agronegócio** - Dados de 1994 a 2013. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/pib/>>. Acesso em 27 dez. 2015.

VILADESAU, T. El agronegócio de la soja em Paraguay: antecedentes e impactos sociales y económicos. In: FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 17-43.

ZATT, D. T. **Os impactos socioeconômicos e ambientais do cultivo da soja transgênica no município de Nova Alvorada/RS**, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural a Distância) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.